

Sítio Arqueológico Cais do Valongo e Cais da Imperatriz.
Foto: João Maurício Bragança, 2016.



Musealização e Arqueologia

PROSPECÇÕES EM EXPOSIÇÕES E ATIVIDADES EDUCATIVAS: levantamento dos conceitos, imagens e representações sobre arqueologia e patrimônio arqueológico decorrentes dos processos de musealização

Alejandra Saladino^{1*}

Andrea Costa **

Camila A. de Moraes Wichers ***

Diego Lemos Ribeiro****

Resumo

Diante de um panorama caracterizado pelo aumento no número de atividades educativas dedicadas à socialização da Arqueologia e das referências patrimoniais arqueológicas, percebemos a pertinência de realizar levantamentos em distintos níveis para conhecer as percepções que a sociedade produz e reproduz sobre o passado arqueológico. Por isso propusemos o desenvolvimento do projeto de pesquisa *Conceitos e imagens sobre Arqueologia e patrimônio Arqueológico: um estudo sobre estratégias de socialização e preservação* a realizar-se em exposições museológicas, atividades de educação museal e patrimonial (estas últimas vinculadas a projetos no âmbito da Arqueologia de Contrato). O projeto busca levantar as imagens e representações sobre Arqueologia e Patrimônio

* Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e Museu da República (MR/Ibram/MinC); alejandrasaladino@gmail.com. Museóloga, professora do curso de pós-graduação em Museologia e Patrimônio (UNIRIO/MAST) e do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural (IPHAN/MinC).

** Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e Museu Nacional (UFRJ); andrea@mn.ufrj.br

*** Doutora em Arqueologia (USP) e em Museologia (ULHT, Portugal). Docente do curso de Museologia e da Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás (UFG) e Coordenadora de Integração do curso de Museologia/UFG com o Museu Antropológico/UFG; camilamoraes@ufg.br.

**** Universidade Federal de Pelotas (UFPel); dlrmuseologo@yahoo.com.br. Museólogo, doutor em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (USP), Professor adjunto do Departamento de Museologia, Conservação e Restauração e do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Memória Social (UFPel)

Arqueológico circulantes nos campos supracitados, analisar as estratégias de construção de reversibilidade de memórias, problematizar as narrativas voltadas à preservação do patrimônio cultural, investigar sobre o potencial transformador de comportamento das atividades educacionais e refletir sobre os conceitos e imagens comunicados, como as questões de gênero e de representação de minorias subalternizadas. Para tanto, desenhamos um contorno interestadual ao campo de estudo, visando cruzar olhares acerca de distintas regiões do país. Objetivamos com esta comunicação oral apresentar as propostas de investigação para as cidades do Rio de Janeiro, Goiânia e Pelotas e também os resultados preliminares das primeiras etapas de nossa investigação, designadamente sobre as atividades de educação patrimonial desenvolvidas ao longo de uma pesquisa arqueológica realizada no Palácio Guinle, no Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Patrimônio arqueológico - Ação Educativa - Representação - Educação Patrimonial - Arqueologia de Contrato

Introdução

A Arqueologia é uma área do conhecimento que versa sobre os processos sociais a partir do registro arqueológico, independente da cronologia, que há muito faz parte do imaginário social do Ocidente. Seja atrelada ao fazer científico ou ao espólio de referências patrimoniais, a Arqueologia suscita nas pessoas reflexões ou, no mínimo, evocações de imagens e representações, boa parte delas estimulada pelos meios de comunicação, incluindo a sétima arte.

Observa-se um interesse popular pela área, que é acompanhado, na última década, pelo incremento da produção científica em contexto brasileiro. Contraditoriamente, parece haver um cristalino descompasso entre a concepção acadêmica da Arqueologia e as construções conceituais, cognitivas e imagéticas por parte do público não especialista. Ao passo que os estudos em Arqueologia caminham em direção a uma abordagem contextual, ideológica e social, no sentido contrário, não raro, os métodos de extroversão ficam congelados em vitrines defasadas ou em ações educativas que pouco contribuem para a expressão individual e coletiva das identidades.

É, portanto, inegável a interferência dos museus nesses processos simbólicos que associam a Arqueologia às referidas imagens. As interfaces disciplinares entre a Arqueologia e a Museologia, que por sua vez abarcam em seus repertórios teórico-metodológicos diversas outras áreas, em especial das ciências humanas e sociais, abrem vasto e profícuo espaço para pensar a relação empreendida entre sociedade e cultura material. Os museus, desta mirada, têm como desafio equacionar as tensões que emergem desta relação no cenário contemporâneo, reorientando os processos de salvaguarda e representação pública do patrimônio arqueológico, de sorte a amplificar o acesso e a projeção sociocultural dos indicadores de memórias (BRUNO, 2005).

Por sua vez, o caráter educacional das instituições e processos museais é percebido mais nitidamente quando faz parte de um projeto político da formação de cidadãos a partir da consolidação de representações identitárias, do empoderamento de segmentos específicos e da transformação da sociedade pela via do desenvolvimento sustentável, por exemplo. A trajetória dos museus no Brasil tem início em 1818, com a criação do Museu Nacional, a mais antiga instituição científica do país. A dimensão educativa e o compromisso com a Divulgação Científica o acompanham desde a sua fundação. Contudo, a criação, em 1927, do Serviço de Assistência ao Ensino do Museu Nacional, primeiro setor educativo de um museu brasileiro, marca a institucionalização da prática educativa em museus no país. Deste modo, podemos afirmar que há quase cem anos, o patrimônio museológico ressignificado é, portanto, instrumento de atividades educativas em museus.

O potencial pedagógico das referências patrimoniais tem sido cada vez mais explorado, e não mais apenas nos lugares de memória supracitados. Com o desenvolvimento, nas últimas décadas, da Arqueologia de Contrato² (resultante de uma complexa conjuntura da qual se destaca a Lei nº 3.924/61 – que dispõe sobre a preservação do patrimônio arqueológico – e a consolidação da legislação ambiental que dispõe sobre o licenciamento ambiental), as atividades educativas voltadas à preservação, valorização e ressignificação do patrimônio arqueológico transformaram-se em requisitos previstos nos dispositivos normativos referentes ao desenvolvimento das pesquisas arqueológicas (em vigor, a Portaria IPHAN nº7/1988³ e a Instrução Normativa IPHAN nº1/15⁴, em conformidade com a Portaria Interministerial nº 60/15)⁵.

² Também denominada como Arqueologia de Salvamento, Arqueologia Preventiva, ou ainda, Arqueologia Consultiva.

³ Na referida portaria é apontada a necessidade de indicação da utilização futura do material para fins científicos, culturais e educacionais, assim como dos meios de divulgação das informações científicas.

⁴ A IN 01/15 indica a necessidade de realização de um Projeto Integrado de Educação Patrimonial, sendo explicitadas no Capítulo III da referida portaria as características do mesmo. Contudo, importa destacar que a Portaria 230/02, substituída pela Portaria Interministerial 60/15 e IN 01/15, trouxe pela primeira vez o termo Educação Patrimonial, indicando a necessidade de ações educativas em todas as fases do projeto de licenciamento". Vale lembrar que a Portaria IPHAN nº230/02, revogada quando da homologação da IN nº1/15, foi o primeiro dispositivo legal do país a conter o termo educação patrimonial na legislação e que a adoção desse termo trouxe um determinado olhar sobre o campo.

⁵ E devemos considerar, ainda, que o interesse pela apropriação pública da arqueologia tem um lastro mais longo, se considerarmos as recomendações internacionais. A título de ilustração, destacamos duas recomendações internacionais. Da Carta de Nova Delhi (UNESCO, 1954) destacamos os seguintes trechos: Deveria ser criado, junto aos sítios arqueológicos importantes, um pequeno estabelecimento educativo – eventualmente *um museu* – “que permita ao visitante compreender melhor o interesse dos vestígios que lhes são mostrados” e, ainda “a autoridade competente deveria empreender uma ação educativa pra despertar e desenvolver o respeito e a estima ao passado [...]”. Já da *Carta de Lausanne* (UNESCO, 1990), destacamos o Artigo 7º: “A apresentação do patrimônio arqueológico ao grande público é um meio essencial de fazê-lo acender ao conhecimento das origens e do desenvolvimento das sociedades modernas. Ao mesmo tempo, constitui o meio mais importante para fazê-lo compreender a necessidade de proteger o patrimônio”.

Mais recentemente, a portaria IPHAN nº 196/2016, que dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos móveis, recomenda, com algum pioneirismo, que as instituições que salvaguardam patrimônio arqueológico contem com equipe interdisciplinar hábil a proceder as necessárias ações de pesquisa, conservação e extroversão do acervo. Indica, igualmente, que as informações associadas aos bens arqueológicos, substrato da pesquisa de campo, sejam disponibilizadas para as instituições de guarda de sorte a contextualizar a extroversão dos acervos.

Vale ainda ressaltar que as atividades educativas e culturais não são apontadas apenas pelos dispositivos normativos como estratégias de divulgação do conhecimento arqueológico e preservação das referências patrimoniais. O Plano Intermediário de Gestão do Patrimônio Arqueológico (IPHAN, 2010, p.46), compreende tais atividades – somadas à extroversão do conhecimento produzido, à musealização e ao turismo cultural – como estratégias eficazes para a socialização do patrimônio arqueológico. Diversos são os estudos que apontam para o aumento do número de pesquisas arqueológicas desenvolvidas no país (BRUNO & ZANETTINI, 2007; MORAES WICHERS, 2010). Vários também são os resultados e desdobramentos desse quadro, onde destacam o crescimento exponencial dos acervos arqueológicos (com consequências dramáticas para as instituições de endosso, muitas delas sem capacidade de conduzir um plano de gestão adequado), a produção de conhecimento e a possibilidade (em realidade, obrigatoriedade prevista pelas normativas supracitadas) de socializar o patrimônio arqueológico.

Para além dos dispositivos legais e recomendações, que, a bem da verdade, nem sempre encontram eco no cotidiano das instituições, há uma questão que parece fundante: os esforços e recursos investidos em pesquisas arqueológicas, que, invariavelmente são dispendiosas e financiadas com verba pública, devem ter como destino a apropriação pública do patrimônio. Os processos de patrimonialização não são, e nisto precisamos insistir, um fim em si mesmo; a preservação encontra sentido quando os referenciais de patrimônio são apropriados e usados socialmente. Desenhar os contornos das imagens projetadas pelo senso comum sobre a arqueologia é, portanto, fundamental, especialmente porque serve de termômetro para compreender como a arqueologia é representada publicamente, ao passo que abre caminho para criar uma moldura mais fidedigna por onde a sociedade observa e interpreta a Arqueologia, e a si própria.

Diante do panorama delineado, concordamos com Zapatero (2012:65) quando alerta para a necessidade de realizar levantamentos em distintos níveis para conhecer as percepções sobre o passado arqueológico que a sociedade produz e reproduz. E por isso propusemos o projeto de pesquisa cujos primeiros resultados são aqui apresentados.

Reunindo Forças para Ampliar as Prospecções: o projeto “Conceitos e imagens sobre Arqueologia e Patrimônio Arqueológico: um estudo sobre estratégias de socialização e preservação”

O projeto de investigação em tela, vinculado à linha de pesquisa “Museus e Museologia” e ao Grupo de Pesquisa “Memória e Preservação da Museologia no Brasil”⁶, da Escola de Museologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO) foi iniciado em fevereiro de 2016. Como escopos desta investigação, foram selecionados os processos de ressignificação das imagens sobre a arqueologia resultantes das exposições museológicas e das atividades de educação museal, desenvolvidas nos museus, e de educação patrimonial, desenvolvidas no âmbito dos projetos arqueológicos vinculados à Arqueologia de Contrato. Vale destacar que o estudo contempla ainda o levantamento e a análise das imagens e representações associadas à Arqueologia em alguns meios de comunicação.

O campo estudado se desdobra em: exposições arqueológicas, ações de educação museal e patrimonial (estas últimas referentes às pesquisas arqueológicas) e, finalmente, as mídias impressas e eletrônicas (jornais, revistas e blogs).

O recorte da investigação foi definido com vistas a garantir uma abrangência nacional e escapar do tom regionalista dos resultados alcançados, ainda que a partir de uma pequena amostragem (a ser ampliada com a possível renovação do projeto de pesquisa)⁷.

⁶ O coordenador do grupo de pesquisa é o Prof. Dr. Ivan Coelho de Sá (DEPM/CCHS/UNIRIO).

⁷ Para lograr tal intento, foram convidados professores dos cursos de Museologia da Universidade Federal de Pelotas e da Universidade Federal de Goiás – nomeadamente o Prof. Dr. Diego Lemos Ribeiro, e a Profa. Dra. Camila de Azevedo Moraes Wichers – para realizar o levantamento das imagens e representações sobre a Arqueologia e o patrimônio arqueológico nas atividades de educação museal e patrimonial desenvolvidas em seus locais de atuação. Vale ainda dizer que a inclusão dos referidos professores é justificada pela respectiva produção acadêmica, que se coaduna com a proposta aqui apresentada. A título de ilustração destacamos o projeto de pesquisa coordenado, desde 2015, pela Profa. Dra. Moraes Wichers, intitulado *Prática arqueológica, horizontes políticos e a construção de narrativas patrimoniais no Centro-Oeste do Brasil* e a comunicação apresentada pelo Prof. Dr. Diego Lemos Ribeiro e pela Profa. Dra. Alejandra Saladino no XVI Congresso Nacional da SAB, intitulado *Arqueologia Pública e Museologia Social: conceitos e práticas*.

A fundamentação teórica deste projeto de pesquisa caracteriza-se pela articulação de perspectivas arqueológicas e museológicas que compreendem ambos os campos de conhecimento antes como processos que como disciplinas *stricto sensu*. Em outras palavras, o recorte teórico selecionado baseia-se na Museologia Social e nas perspectivas pós-processualistas da Arqueologia (MOUTINHO, 1993, 2007; BRUNO, 1996; SHANKS & TILLEY, 1988, 1992; HODDER, 1999; GNECCO, 2009), onde a dimensão política social da produção e extroversão do conhecimento é ponto fundamental.

O objetivo geral desta investigação se concentra no estudo dos significados da Arqueologia e do patrimônio arqueológico circulantes da sociedade via exposições museológicas, atividades educativas e meios de comunicação. A proposta, em última instância, trata da investigação acerca do potencial ressignificador e transformador de comportamento das atividades de educação patrimonial e educação museal realizadas em exposições arqueológicas e ações educativas vinculadas às pesquisas da Arqueologia de Contrato e, portanto, da análise dessas práticas como estratégias de construção de memórias e de preservação do patrimônio cultural.

Entretanto, uma vez que se tenciona realizar uma investigação de fôlego e por um tempo estendido (o permitido nas renovações previstas em editais), interessa-nos refletir sobre os conceitos e imagens transmitidos nos discursos expográficos e atividades educacionais relacionados a temas de interesse na atualidade, como a questão de gênero e a diversidade cultural, apenas para citar alguns.

Este estudo de percepção parte da premissa da importância da comunicação/extroversão para a apropriação, valorização e efetiva preservação do patrimônio arqueológico, ademais da compreensão sobre o próprio conhecimento arqueológico. Com a implantação da Política de Educação Museal (PNEM) pelo IBRAM e com a consolidação das atividades educativas condicionadas às pesquisas arqueológicas realizadas no país (em conformidade com a Portaria IPHAN nº7/1988 e a Instrução Normativa IPHAN nº1/2015 e, ainda, com o aporte conceitual oriundo da publicação *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos*, resultado dos trabalhos da Coordenação de Educação Patrimonial – CEDUC/IPHAN), é premente avaliar concretamente os resultados gerados por tais ações. Dito de outra forma, faz-se mister perceber se os atores sociais sensibilizados pelas referidas atividades têm uma percepção sobre a Arqueologia e o patrimônio arqueológico distinta daquela que tinham antes de participar daquelas ações. Assim sendo, o projeto proposto tem como intuito não apenas fazer um levantamento das

imagens e representações relacionadas à Arqueologia e ao patrimônio arqueológico, mas refletir sobre o potencial ressignificador e transformador de percepção e comportamento das atividades de educação museal e patrimonial no tocante à valorização e preservação do patrimônio arqueológico.

Compreende-se a relevância deste estudo exploratório e analítico considerando a necessidade de os museus ultrapassarem os limites impostos pela herança imperial, colonialista e nacionalista para efetivamente assumirem sua potência enquanto espaços de mudança social, ou seja, passarem por um processo de descolonização de espaço e discurso. Entretanto, esse processo de descolonização passa pelo compromisso de estabelecer uma *ecologia de saberes* (SOUSA SANTOS, 2007), onde o conhecimento seja produzido e apropriado de forma representativa e transversal, ou seja, que os grupos que constituem a complexidade e a diversidade da sociedade do século XXI forjem com os demais atores sociais um discurso no qual o monopólio da verdade atribuído à ciência seja posto em questão.

Compreende-se que isto não se trata de uma proposição utópica, pois há diversas experiências realizadas no âmbito de práticas arqueológicas pautadas na participação ativa das comunidades, como a Arqueologia Pública (MERRIMAN, 2004), na Arqueologia Etnográfica (BEZERRA, 2011), na Arqueologia Comunitária (FERREIRA, 2008), na Arqueologia Colaborativa (SILVA, 2011) e, ainda, nas exposições museológicas. A título de ilustração, destacamos o estudo de Guimarães (2014) sobre a inserção das comunidades tradicionais e membros de grupos indígenas nos processos museológicos, precisamente os projetos expográficos, realizados pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Objetiva-se atingir dois segmentos dos públicos sensibilizados pelas atividades desenvolvidas nos museus, a saber: o público de visita programada, mais especificamente o público escolar (incluindo os professores), e a audiência espontânea. Por sua vez, no tocante às atividades educativas desenvolvidas no âmbito da Arqueologia de Contrato, objetiva-se atingir o público escolar (incluindo os professores) e as equipes de apoio vinculadas aos empreendimentos (os operários das obras).

São aplicados métodos para o desenvolvimento de uma análise qualitativa, uma vez que se pretende identificar significados, valores e crenças. As incursões no campo têm sido feitas de acordo com os protocolos da observação assistemática, para coletar e registrar fatos sem utilizar meios técnicos específicos, ou seja, sem planejar e/ou controlar (LAKATOS & MARCONI, 1996, p.79). A escolha por esta técnica se justifica pela

concordância com Zapatero (2012, p.62), para quem “a observação anônima do que dizem e fazem os visitantes permite capturar mais genuinamente o que realmente pensam”, sem a preocupação de parecerem mais “cultos” ou “politicamente corretos”.

A coleta direta das imagens e representações que o público participante tem sobre Arqueologia e patrimônio arqueológico é feita por meio de questionário, com perguntas fechadas e algumas abertas. A forma de coleta tem variado: em algumas situações, os entrevistados preenchem o questionário, em outras esse instrumento é auto-administrado. A escolha por ambas as formas de coleta vem no sentido de respeitar a dinâmica e especificidades dos grupos abordados.

Os contextos de aplicação dos métodos supracitados selecionados inicialmente são⁸:

a) no Rio de Janeiro: exposições *Oreretama*, do Museu Histórico Nacional, a exposição de longa duração do Instituto dos Pretos Novos e *Percursos do Tempo*, do Museu de Arqueologia de Itaipu e a exposição de longa duração do Museu Nacional;

b) em Goiás: exposições *Lavras e Louvores*, do Museu Antropológico da UFG; *Diferentes e iguais – diversidade cultural dos Povos Indígenas no Brasil*, do Museu Jesco Puttkamer (PUC/GO) e exposição itinerante *Patrimônio Arqueológico: 50 anos de proteção, 11 mil anos de ocupação do território*, da Superintendência do IPHAN em Goiás.

Vale ressaltar que o levantamento das imagens e representações sobre temas de interesse, como a questão de gênero, é realizado, além das exposições supracitadas, em outras instituições, como o Museu Sambaqui da Tarioba.

Já o levantamento sobre as imagens e representações associadas à Arqueologia e ao patrimônio arqueológico nas mídias impressa e eletrônica será realizado de forma a contemplar, a princípio, as publicações realizadas no ano de 2015 tendo, entretanto, a intenção de ampliação para anos anteriores, à medida que o projeto em tela seja renovado.

Os Primeiros Resultados: exposição e análise

No momento de proposição e elaboração deste paper, transcorria o processo de análise de solicitação de bolsa de iniciação científica no Edital DPq/UNIRIO. Assim sendo, a pesquisa foi iniciada pelos professores e pesquisadores voluntários de iniciação científica e de pós-graduação. Foi realizada a primeira etapa da revisão bibliográfica dos temas

⁸ Espera-se que, ao longo do desenvolvimento da pesquisa, outros locais sejam incorporados à lista original.

base para o estudo, priorizando os princípios e fundamentos da educação museal e patrimonial para que os pesquisadores oriundos de outras áreas tivessem contato com o vocabulário e as bases conceituais deste estudo. Foram realizadas reuniões nas instituições onde a investigação se desenvolve, nomeadamente o Museu Nacional, o Instituto dos Pretos Novos e o Museu Sambaqui da Tarioba, com o intuito de definir agendas de trabalho. No Museu Antropológico da UFG as análises têm sido efetuadas por uma das pesquisadoras, a qual está inserida em uma das coordenações do museu. Essa análise tem sido realizada a partir de uma perspectiva comparativa, a partir da participação em rodas de conversa com lideranças e coletivos feministas, que tem abordado tanto as representações na exposição de longa-duração “Lavras e Louvores”, como uma exposição de curta-duração “Mulheres no Sertão Goiano”, cuja curadoria foi realizada por alunas do curso de Museologia da UFG.

Os primeiros resultados concretos deste estudo advêm do levantamento dos conceitos e representações sobre Arqueologia e patrimônio arqueológico resultantes das atividades de educação patrimonial no âmbito das pesquisas arqueológicas.

Realizamos um levantamento sobre os projetos realizados no Rio de Janeiro, Goiânia e Pelotas, cidades de atuação dos professores participantes deste estudo. No período contemplado, de marco a junho do ano corrente, não foi identificada a realização de projetos arqueológicos em Goiânia e em Pelotas⁹.

No Rio de Janeiro, local da realização de diversos empreendimentos de infra-estrutura, apesar de contarmos os coordenadores de algumas pesquisas em curso, obtivemos a permissão de realizar a aplicação do questionário em apenas um canteiro de obras, referente ao “Programa de Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial do Palácio Laranjeiras - Fase I e II”. Vale destacar nossa participação, na forma de consultoria, da primeira fase do projeto em tela. Compreendemos, então, que essa condição facilitou nosso acesso e, conseqüentemente, a realização da coleta dos dados.

Nossa intervenção deu-se após a educação patrimonial prevista no projeto em questão, que consistiu em palestra proferida pelos arqueólogos, único recurso didático aprovado pelos empreendedores contratantes do projeto, dentre o rol de atividades previstas no projeto arqueológico. De início, para não interferir na dinâmica de trabalho dos operários, lançamos mão da forma auto-administrada de preenchimento do questionário, recurso metodológico desta investigação que compreende um conjunto de perguntas abertas e fechadas. Agendamos visita prévia e, antes do início dos trabalhos do dia, distribuimos o

⁹ Em Pelotas, não foram identificadas pesquisas de Arqueologia de Contrato.

questionário e confirmamos a coleta dos mesmos para a semana seguinte. Apenas 6% dos questionários foram entregues devidamente preenchidos. Por isso, com a anuência e autorização do coordenador do projeto arqueológico, mudamos a estratégia de abordagem, agendamos nova visita ao canteiro de obras e aplicamos o questionário de forma dirigida entre o café da manhã dos operários e o início das atividades do dia. (Foto 1).



Foto 1: Aplicação do questionário autoadministrado, no canteiro de obras do “Programa de Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial do Palácio Laranjeiras - Fase I e II” (Autor: Alejandra Saladino)

Foram preenchidos 18 questionários que apresentam os seguintes dados socio-culturais:

- 94,4% dos entrevistados são do sexo masculino (apenas uma entrevistada do gênero feminino);
- 11,11% do total da amostra têm entre 20 e 29 anos, 44,44% têm entre 30 e 39 anos, 11,11% têm entre 40 e 49 anos, 16,66% têm entre 50 e 59 anos, 5,37% têm mais de 60 anos e, finalmente, 11,11% dos entrevistados não declarou a idade;
- 61,11% completaram o ensino fundamental, 22,22% completaram o ensino médio; 5,55% completaram o curso técnico e 11,11% fizeram uma graduação (desse universo destacam-se apenas pessoas do sexo masculino).

As mais recorrentes imagens e conceitos relacionadas à Arqueologia e ao Patrimônio Arqueológico (que surgiram nas respostas às perguntas abertas) foram, em ordem decrescente, “passado”, história, “tempo”, “coisas”, “objetos”, “estruturas antigas”, “imóveis”, “bens de valor econômico”, “bens culturais”, “memória”, “descoberta”, “Palácio Laranjeiras”, “patrimônio”, “escavação”, “meio ambiente”, “negócio”, “empresa”, “museu”, “obras-primas”, “fósseis”, “antiguidades”, “ruínas”, “sinais”, “tombados”, “Salomão”, “Idade Média”, “evolução”, “dinossauros”, “homens das cavernas”, “segurança”, e “paciência”.

Um olhar mais detido sobre os termos utilizados pelas pessoas entrevistadas para definir arqueologia e patrimônio arqueológico nos provoca uma reflexão: as pessoas envolvidas com arqueologia de contrato definem a disciplina e compreendem suas práticas a partir da lógica de mercado. Em outras palavras, as pesquisas arqueológicas têm sentido nas ações de valorização e restauração de bens imóveis, inclusive são percebidas como etapas importantes para garantir a segurança no canteiro de obras. Poderíamos interpretar esses dados como evidências de que as atividades educacionais não alcançaram os principais objetivos (de esclarecer sobre as especificidades da ciência arqueológica e da preservação dos bens culturais). Sem embargo, esses mesmos dados são por nós tomados como indicativos da complexidade da Arqueologia do século XXI, uma ciência atrelada aos empreendimentos urbanísticos e de infra-estrutura.

Além disso, vale lembrar, a arqueologia, como de costume, está vinculada ao passado remoto, ao outro. São raros os discursos que se apropriam da Arqueologia para pensar o presente. Destarte, tal como nos séculos pregressos, esse campo científico serviria mais ao afã colecionista e à acumulação do que propriamente à sua dimensão social. O tempo passa, mas os hábitos permanecem, mesmo que com uma nova roupagem.

Do conjunto de 8 questões relacionadas à temática do patrimônio, apenas duas eram fechadas, justamente aquelas com as quais objetivava-se coletar dados sobre a avaliação dos entrevistados no tocante à atividade educacional realizada e à importância das ações de preservação do patrimônio arqueológico. Confrontados os resultados dessas perguntas com as respostas dadas às questões abertas (relacionadas aos conceitos e imagens de arqueologia e patrimônio arqueológico) concretizou-se o que Zapatero (2012) alertava: há uma tendência de os entrevistados responderem da forma que imaginam que os entrevistadores esperam. A título de ilustração, destacamos as respostas de uma pessoa, que confirmou a eficiência da atividade de educação patrimonial para extinguir suas dúvidas sobre a preservação do patrimônio arqueológico, porém respondeu que não sabia o que era patrimônio arqueológico.

Todavia, nossa amostra também tem manifestações de franqueza, as quais compreendemos como dados extremamente importantes para a avaliação das atividades de educação patrimonial realizadas, bem como nossa própria abordagem no campo. 38,88% das pessoas entrevistadas que responderam não saber ou não compreender muito bem o que é patrimônio arqueológico, reconheceram que persistiam dúvidas sobre Arqueologia e preservação do patrimônio arqueológico mesmo após a atividade de educação patrimonial.

Uma resposta em especial chamou-nos atenção, pois também nos dá elementos pertinentes para uma avaliação das práticas de preservação. Uma entrevistada afirmou que a preservação do patrimônio arqueológico não é importante, e mais, que não dava a mínima a tudo isso. Trata-se de uma resposta desconcertante, certamente, mas de extrema importância, pois contribui para a desnaturalização dos nossos discursos e das nossas práticas de agentes do patrimônio. São diversas as possíveis interpretações sobre os resultados advindos dessa resposta específica daquelas que também revelam que a atividade não foi suficiente para sanar as dúvidas sobre a importância da Arqueologia e da preservação do patrimônio arqueológico.

Poderíamos iniciar com as causas mais elementares, ou seja, que as atividades de educação patrimonial não conseguiram clarificar os públicos-participantes sobre as especificidades do tema devido ao curto espaço de tempo a elas dedicadas (no caso, cerca de uma hora em apenas um único dia) que, por sua vez, tem relação com as idiosincrasias da Arqueologia de Contrato e a lei do mercado (embora os resultados não sejam única e exclusivamente justificados por esta variável, é necessário ainda considerar a ética profissional e o compromisso assumido com a preservação do patrimônio cultural).

Além disso, vale lembrar, na Ciência da Informação há um elemento que atravessa toda a questão comunicativa: a relevância. Se não é relevante, e isso independe dos acadêmicos e de outros atores sociais do campo do patrimônio cultural, não é informação. Partimos da premissa que a arqueologia deveria interessar a todos, mas não interessa. Assim sendo, depararmos com essa realidade é salutar e fundamental para dessencializar e descolonizar nossos discursos e nossas práticas enquanto agentes do patrimônio.

Todavia, essa é ainda uma leitura superficial dos efeitos que a lógica e as pressões do campo econômico têm sobre a prática arqueológica – que hoje, indiscutivelmente, relaciona-se à socialização do patrimônio arqueológico. É possível interpretar os dados

coletados como efeitos da combinação entre “dinâmica legalista” e lógica do mercado. A obrigatoriedade da realização de atividades educacionais nos projetos arqueológicos e as bases da relação entre empregado (arqueólogo) e empregador podem resultar na realização de programas de educação patrimonial para atender a protocolos, criando um ambiente de “compromisso formal” que é replicado por todos os atores sociais envolvidos, inclusive os públicos participantes das atividades. Em outras palavras, o arqueólogo propõe a atividade porque assim um dispositivo legal impõe (a Instrução Normativa IPHAN nº1/15), o empreendedor contrata o serviço porque assim é obrigado pelo mesmo dispositivo (mas contrata a proposta mais barata, sem preocupar-se com a qualidade dos resultados alcançados), e os operários participam da educação patrimonial porque são obrigados. Quando as atividades propostas não são atrativas (porque não foram adequadamente planejadas ou estruturadas, pois isso significa contratar profissional qualificado e destinar um cronograma mais amplo para a execução das mesmas), há uma considerável probabilidade do público-participante não se envolver com elas. Então o potencial transformador da educação patrimonial fica severamente cerceado e a atividade proposta se limita a ser uma ação *pro forma*.

A interpretação dos dados obtidos até o momento nos faz pensar sobre um panorama empiricamente conhecido por parte dos pesquisadores da investigação aqui apresentada mas tema de estudo recentemente realizado no âmbito do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN/MinC, a saber: as especificidades e os desafios das atividades de educação patrimonial realizadas na Arqueologia de Contrato. Carlucio Baima (2014) analisou os programas de educação patrimonial enviados ao IPHAN pelos coordenadores de projetos arqueológicos entre os anos de 2003 a 2013. Seus estudos estatísticos coincidem com a reflexão crítica de Marcia Bezerra sobre a educação patrimonial praticada nas pesquisas arqueológicas realizadas na Amazônia (BEZERRA, 2010), principalmente no tocante “a um contentamento simplista na execução de atividades de cunho lúdico e no padrão comportamental dos arqueólogos não compartilharem experiências” (BAIMA, 2016:97) e divulgarem resultados das atividades de educação patrimonial.

No tocante à socialização do patrimônio arqueológico, precisamente aos recursos didáticos utilizados nos programas de educação patrimonial realizados no âmbito da Arqueologia de Contrato, o estudo de Baima contribuiu com dados concretos para confirmar a percepção da pontualidade das ações, baseadas, majoritariamente, em

palestras, cartilhas e folders, configurando 54% da amostra analisada (BAIMA, 2016, p.120).

O fato é que não há regulamentação para os programas de educação patrimonial das pesquisas arqueológicas. O IPHAN, órgão que tutela o patrimônio arqueológico e, indiretamente, regulamenta a prática arqueológica no país recomenda a mais ampla divulgação das pesquisas e a maior veiculação de atividades de educação patrimonial. A instituição também recomenda a maior inserção das comunidades diretamente impactadas pelas pesquisas arqueológicas, para além de meros receptores de informações dadas de forma muito pontual. Porém, a realidade é muito heterogênea e conformada na medida dos interesses e conveniências dos atores envolvidos na divulgação e veiculação supracitadas.

Algumas Considerações Temporárias

Uma vez que o projeto de investigação *Conceitos e imagens sobre Arqueologia e patrimônio Arqueológico: um estudo sobre estratégias de socialização e preservação* está no decorrer de suas etapas iniciais, à guisa de conclusão deste paper nos concentramos sobre os resultados parciais do estudo sobre as atividades de educação patrimonial realizadas no âmbito da Arqueologia de Contrato. A análise dos mesmos nos leva a concordar com Baima, que sugere um apagamento das práticas educacionais, ou pouca transparência das mesmas decorrente da ausência de padronização do relato das atividades realizadas (BAIMA, 2016, p.8-99). A título de ilustração destacam-se do estudo de Baima os seguintes dados da amostra por ele analisada: 33% dos programas de educação patrimonial submetidos ao IPHAN não apresentam objetivos, 46% não apresentam metodologia aplicada e 58% não apresentam cronograma (BAIMA, 2016, p.111;116-117).

Todavia, há de se mencionar que, devido à incompreensão da natureza dos bens arqueológicos (o patrimônio cultural como um todo) enquanto bens difusos¹⁰ e devido à ausência de regulamentação, em alguns casos, os empreendedores contratantes (muitas vezes o próprio Estado) dos projetos arqueológicos impõem cláusulas nos contratos para não veicular qualquer informação sobre os eles ou veicular após aprovação do conteúdo pelos mesmos.

¹⁰ Um bem difuso se caracteriza pela relevância à sociedade, um bem do qual um indivíduo não poderia dele dispor sem afetar a coletividade.

Faz-se mister ainda ressaltar a influência da lógica do mercado sobre a elaboração dos projetos arqueológicos, à custa da qualidade dos programas de educação patrimonial, muitas vezes reduzidos à realização de palestras pontuais entre segmentos da sociedade diretamente impactada, designadamente os operários dos canteiros de obras e os escolares das comunidades do entorno. Isto resulta na difusão de conceitos vagos ou pouco profundos quanto ao valor do Patrimônio Arqueológico.

A Instrução Normativa IPHAN nº1/15, mediante a obrigatoriedade de apresentação do projeto de educação patrimonial é uma tentativa de cobrar qualidade. Todavia, importa ressaltar que nem todo empreendedor compreende a exigência, pois seu interesse precípua é contratar o projeto com o menor orçamento físico-financeiro e cumprir com o cronograma do empreendimento.

Destaca-se ainda a ausência de uma cultura de avaliação das ações desenvolvidas dentro dos projetos de arqueologia. Nesse sentido, compreendemos que os primeiros resultados de nossa pesquisa podem contribuir para ampliar reflexões e debates no sentido de mudar essa prática.

O cotejamento, a análise e a interpretação dos dados levantados nesta primeira incursão aos canteiros de obras onde se realizaram atividades de educação patrimonial motivaram os professores participantes da pesquisa aqui apresentada a revisar o recurso metodológico aplicado e reformular algumas questões. A estrutura e o cerne das perguntas pouco mudaram; as alterações foram propostas no sentido de clarificar um pouco mais a abordagem e, assim, reduzir a probabilidade do entrevistado não entender a própria pergunta. Assim sendo, na abordagem sobre as atividades de educação museal e patrimonial que comporão nosso objeto de estudo será aplicada a segunda versão do instrumento metodológico.

Agradecimentos

Agradecemos às pessoas e instituições que colaboraram com esta investigação em curso, nomeadamente Marina Correia (MAI/Ibram/MinC), Rodrigo Pereira e Lilian Cardoso (PPGARQ/MN/UFRJ), Maria de la Merced Guimarães, Blonsom Faria e Antônio Carlos Rodrigues (Instituto Pretos Novos), Cosme Henriques Pinheiro Rocha e Cássia Liu (Museu Sambaqui da Tarioba), Claudio Prado Melo (IPHARJ), Marina Buffa (Sapiens Arqueologia) e Silvia Puccioni (Resgate Consultoria em Patrimônio). Agradecemos especialmente à bolsista de iniciação científica, Alexandra Santangelo

(Museologia/CCHS/UNIRIO), às pesquisadoras de iniciação científica voluntárias, Luciana Cardoso (UNIRIO) e Natcha Moyano (Museologia/UFG), à pesquisadora voluntária de pós-graduação, Bárbara Ventura (PPGARQ/MN/UFRJ) e às pesquisadoras voluntárias Aluane de Sá e Muna Rosa (Zanettini Arqueologia).

Referências

ALMANSA, Jaime. Arqueología para todos los públicos. Hacia una definición de la arqueología pública “a la española”. *Arqueoweb*, v.13, p.87-107, 2011. Disponível em: <<http://pendientedemigracion.ucm.es/info/arqueoweb/pdf/13/almansa.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

ALMANSA, Jaime. La imagen popular de la arqueología en Madrid. *Arqueoweb*, v.8, n./1, p.01-51, 2006. Disponível em: <<http://pendientedemigracion.ucm.es/info/arqueoweb/pdf/8-1/almansa.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

BAIMA, C. B.. A educação patrimonial nos projetos de Arqueologia de Contrato: reflexões e contribuições. *Dissertação* (Mestrado), Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural/IPHAN/MinC, Rio de Janeiro, 2016.

BALME, J.; WILSON, M.. Perceptions of Archaeology in Australia amongst educated young Australians. *Australian Archaeology*, v.58, p.19-24, 2004.

BEZERRA, M.. “As moedas dos índios”: um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, ilha de Marajó, Brasil. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciências Humanas*. Belém, v. 6, n. 1, p.57-70, 2011. Disponível em: <<http://132.248.9.34/hevila/Boletimdomuseuparaenseemiliogoeldicienciashumanas/2011/vol6/no1/4.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. Museologia: algumas ideias para sua organização disciplinar. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, n.9, p.09-33, 1996.

BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. Arqueologia e Antropofagia: a musealização de sítios arqueológicos. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n.31, p.234-247, 2005. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat31_m.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2016.

BRUNO, Maria Cristina de Oliveira; ZANETTINI, P. Relatório do Simpósio O futuro dos acervos. XIV Encontro Nacional da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Florianópolis, UFSC, 2007.

CALIPPO, G. M. V. T.. Arqueologia em notícia: pesquisas impressas, sentidos circulantes e memórias descobertas. *Dissertação* (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Divulgação Científica e Cultural. Campinas: UNICAMP, 2012, 199p.

CURY, Marília Xavier. *Exposição: concepção, montagem e avaliação*. São Paulo: Annablume, 2005.

DARWILL, T.. Public Archaeology: a European Perspective. En: BINTLIFF, J. (Ed.), *A Companion to Archaeology*. Malden: Blackwell Publishing, 2006. p.409-434.

ERICKSON, A. Outreach and Education in Archaeology. *Online Journal in Public Archaeology*, v.1, p.45-54, 2011. Disponível em: <<http://www.arqueologiapublica.es/index.php>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

FERREIRA, L. M.. Sob Fogo Cruzado: Arqueologia Comunitária e Patrimônio Cultural. *Revista de Arqueologia Pública*, v. 03, p. 81-92, 2008.

GNECCO, C.. Caminos de la Arqueología: de la violencia epistemica a la racionalidad. *Bol. Mus. Para Emilio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v.1, n.4, p.15-26, 2009.

GUIMARÃES, Viviane W.. Exposicoes museológicas do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal de Santa Catarina: espaço para construção de parcerias. *Dissertação (Mestrado) Progama de Pós-Graduação Interunidades em Museologia*, Sao Paulo, Universidade de São Paulo/ 2014.

HODDER, I.. *The Archaeological process*. Oxford: Blackwell Publishers Ltd., 1999.

IBRAM. *Documento preliminar do Programa Nacional de Educação Museal*. Brasília: Ibram/MinC, 2014. Disponível em: <<http://pnem.museus.gov.br/wp-content/uploads/2014/01/DOCUMENTO-PRELIMINAR1.pdf> >. Acesso em: 05 jun. 2016.

IPHAN. *Plano Intermediário para a Gestão do Patrimônio Arqueológico*. Brasília: Centro Nacional de Arqueologia, CNA/IPHAN/MinC, 2010.

IPHAN. *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Brasília: IPHAN/MinC, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf >. Acesso em: 05 jun. 2016.

KATSAMUNDANGA, S.. *Consuming the Past: Public perception towards the discipline of archaeology in Zimbabwe*, 2009. Disponível em: <http://sanord.uwc.ac.za/usrfiles/users/9174080913/Conference_2009/Katsamudanga_PAPER.pdf >. Acesso em: 05 jun. 2016.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A.. *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Ed. Atlas, 1996.

MERRIMAN, N.. Involving the public in museum archaeology. IN: MERRIMAN, N. (Org.) *Public Archaeology*. Londres: Routledge, 2004.

MORAES WICHES, C. A.. *Prática arqueológica, horizontes políticos e a construção de narrativas patrimoniais no Centro-Oeste do Brasil*. Projeto de Pesquisa. Goiás: UFG, 2015.

MOUTINHO, Mario. Sobre o conceito de Sociomuseologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, n.1, p.07-09, Universidade Lusófona de Humanidades, 1993. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/467>>. Acesso em; 05 jun. 2016.

MOUTINHO, Mario. Definição evolutiva da Sociomuseologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 28, n.28, p.01-22, 2007. *Atelier Internacional do MINOM*. Lisboa/Setúbal, 2007. Disponível em: <http://www.museologia-portugal.net/files/definicao_evolutiva_de_sociomuseologia.pdf>. Acesso em; 05 jun. 2016.

RAMOS, M., DUGANNE, D. *Exploring Public Perceptions and Attitudes about Archaeology*, Society for American Archaeology, Harris Interactive, February 2000. Disponível em: <<http://saa.org/Portals/0/SAA/pubedu/nrptdraft4.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

RIBEIRO, D. L.; SALADINO, A.. Arqueologia Pública e Museologia Social: conceitos e práticas. *XVI Congresso Nacional da SAB*. Florianópolis: UFSC, 2011.

XVI Congresso Nacional da SAB, SARS, F. de, CAMBE, G. Image de l'archéologie auprès du grand public, Etude Ipsos / INRAP. IPSOS-archeologie, 2011. Disponível em: <http://www.inrap.fr/userdata/c_bloc_file/9/9636/9636_fichier_>. Acesso em: 05 jun. 2016.

ROBRAN-GONZÁLEZ, Erika; MIGLIACCIO, Maria Clara. Preservação do Patrimônio Arqueológico e Terras Indígenas. *Revista Arqueologia Pública*, São Paulo, n.3, p. 15-18, 2008.

SHANKS, M.; TILLEY, C.. *Social Theory and Archaeology*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1988.

SHANKS, M.; TILLEY, C.. *Re-constructiong Archaeology*. London & New York: Routledge, 1992.

SILVA, F. A. *et al.*. Arqueologia Colaborativa Na Amazônia: Terra Indígena Kuatinemu, Rio Xingu, Pará. *Amazônica*, v.3, n.1, p.32-59, 2011.

SOUSA SANTOS, B.. *Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002007000300004&script=sci_arttext>. Acesso em: 05 jun. 2016.

SOUZA, Carine Silva de. *Educação em museus e Arqueologia*. Trabalho de fim de Curso. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2015, 85p.

WICHERS, C. A. M.. Museus e antropofagia do patrimônio arqueológico: (des) caminhos da prática brasileira. *Tese (Doutorado)*, Programa de Pós-Graduação em Museologia. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Lisboa. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/4552>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

ZAPATERO, G. R.. Presencia social de la Arqueología y percepción pública del pasado. GARCÍA, F. R.; SÁNCHEZ, J. V-F.. *Construcciones y usos del pasado: patrimonio arqueológico, territorio y museo*. Valencià: Museo de Prehistoria de Valencià, 2012. p.31-74.

Outras Fontes

BRASIL. Lei n.3.924/61. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei_3924_de_26_de_julho_de_1961.pdf> Acesso em: 05 jun. 2016.

BRASIL. Portaria Interministerial n.60/15. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cglic/pdf/PORTARIA%20INTERMINISTERIAL%20No%2060.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

IPHAN. Portaria n.7/88. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_Sphan_07_1988.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2016.

IPHAN. Instrucao Normativa n.1/15. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/INSTRUCAO_NORMATIVA_001_DE_25_DE_MARCO_DE_2015.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2016.

UNESCO. Carta de Nova Délhi. Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nova%20Dheli%201956.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

UNESCO. Carta de Lausanne. Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Lausanne%201990.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO INDÍGENA EM EXPOSIÇÕES MUSEAIS: localização, acomodação e formas de apresentação

Leilane Patricia de Lima*

Resumo

A proposta deste artigo é refletir sobre os museus enquanto importantes espaços de comunicação e estudo para a Arqueologia e apresentar alguns resultados da pesquisa de pós-doutoramento vinculada ao Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, sob supervisão da professora Dr^a. Marília Xavier Cury, com o auxílio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). O estudo denominado “Os Museus de Arqueologia e a Arqueologia nos Museus: análise de exposições museais no oeste de São Paulo e norte do Paraná” tem como objetivo analisar como a Arqueologia e o patrimônio arqueológico indígena são evidenciados em exposições museais nestas duas regiões. Até o momento foram realizadas visitas técnicas em 44 instituições localizadas em municípios paulistas e paranaenses. Para a coleta de informações durante as visitas técnicas foi preenchido um roteiro em todas as instituições e exposições visitadas. Especificamente, foi analisada a presença ou não de vestígios arqueológicos indígenas e de referências à Arqueologia nos espaços expositivos. Como resultado, está sendo elaborado um banco de dados que contemplará a análise de cinco temas diferentes: o museu, a exposição, a arqueologia, o patrimônio arqueológico indígena e a experiência da visita. A partir desta base de dados serão produzidos relatórios comparativos que permitirão uma visão mais ampla das propostas comunicacionais que foram estudadas. Em particular, a respeito do patrimônio arqueológico relacionado às populações indígenas, a análise permitirá compreender os tipos de vestígios arqueológicos que cada instituição apresenta, a procedência, os espaços ocupados nas exposições e sua localização, a forma em que estão acomodados, como são apresentados, quais os recursos expográficos usados junto aos objetos, como colaboram com o recorte temático proposto etc. Toda esta análise ajudará a pensar certos padrões em exposições e, mais do que isso, se os objetos arqueológicos indígenas são elementos comuns nestas propostas comunicacionais que têm função essencial na memória coletiva.

* Pesquisadora de pós-doutorado vinculada ao Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, São Paulo. Possui Doutorado e Mestrado pela mesma Universidade. Possui graduação em História (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Estadual de Londrina. Interessa-se nas discussões sobre Arqueologia Pública, Museus, Educação Patrimonial e estudos de público, desenvolvidos em ambientes de educação formal e não formal. Brasil. E-mail: leilaneplima@gmail.com

Palavras-chave: Museu, Exposição, Avaliação Técnica, Patrimônio Arqueológico Indígena.

Introdução

É evidente que a Arqueologia passa por um novo momento, caracterizado pela ampla circulação de conhecimento e pela multiplicidade de grupos sociais interessados e envolvidos nas interpretações e nos vestígios do passado. Tais grupos buscam expandir sua participação na produção e na gestão do conhecimento e do patrimônio arqueológico e, ao mesmo, apropriam-se deste patrimônio e o ativam para fins políticos, econômicos, sociais, culturais, educacionais entre outros (SALERNO, 2012, p. 192).

Desse modo, é possível afirmar que, no cenário nacional, o campo da preservação arqueológica tem passado por profundas mudanças e o que era antes decidido pelos arqueólogos quase que exclusivamente, agora já não é mais, pois diferentes segmentos sociais vêm tomando frente na defesa de interesses específicos (LIMA, 2007, p. 5).

Nesse novo contexto de participação de diferentes sujeitos nos processos de construção e de comunicação do conhecimento arqueológico, a Arqueologia Pública ganhou evidência como campo de conhecimento, reflexão e ação da Arqueologia cujas tarefas principais são inclinadas a equilibrar as relações entre passado e presente, pesquisa e público, saberes científicos e não científicos, benefícios e beneficiários do universo patrimonial; e a agir em prol da promoção, circulação e comunicação mais amplas do conhecimento arqueológico, uma vez que este conhecimento é de uso comum da sociedade brasileira.

Ademais, estas transformações, novas participações e interesses no campo do patrimônio têm revelado, entre outras coisas, as múltiplas apropriações do passado e do patrimônio arqueológico, a diversidade de critérios e de interesses de preservação, as dificuldades em equilibrar diferentes discursos (acadêmicos e não acadêmicos) (BEZERRA, 2012, p. 82), a necessidade de políticas públicas e de legislação (municipal, estadual e federal) coerentes com as novas demandas (LIMA, 2007, p. 7; MENESES, 2007, p. 39) e, finalmente, a dimensão social, pública e comunicacional da Arqueologia².

A respeito de sua dimensão comunicacional, esta pode processar-se a partir de um emaranhado de iniciativas, meios e propósitos, realizados em diferentes contextos: os museus e os processos de musealização, as escolas e os programas educativos, a

² Ver discussão mais ampla em (LIMA, 2014).

universidade e a divulgação científica, o sítio e o turismo arqueológico entre outros. No entanto, este artigo pretende tratar de um tipo específico de comunicação, aquela que é realizada no ambiente do museu, a partir de seu produto comunicacional mais legitimador: a exposição.

A Comunicação Museológica e a Exposição

Os museus são instituições culturais cujas tarefas principais são adquirir, pesquisar, documentar, conservar e comunicar o patrimônio cultural que está sob sua guarda, sendo que a completude de todas estas ações compõe seu compromisso principal com a sociedade: a preservação do patrimônio cultural musealizado, seja ele material ou imaterial.

No tocante às ações de salvaguarda (pesquisa e documentação), seriam tarefas básicas dos museus: inventariar as coleções, realizar ações de conservação preventiva de acervos materiais e tratamentos específicos para os suportes de patrimônio imaterial, higienizar, manejar e conservar os acervos adequadamente, controlar a entrada e a saída de acervos, oferecer uma área de guarda dos objetos; disponibilizar instrumentos de pesquisa ao público etc.³.

Para o cumprimento das ações de comunicação, estas instituições culturais deveriam, entre tantas coisas, garantir o acesso ao público visitante, com horários de abertura previamente definidos, ter normas e diretrizes para atendimento do público, manter exposições de longa duração, realizar exposições temporárias e itinerantes, ter áreas de exposições adequadas e acessíveis, ter canais de comunicação com o público (eletrônico, telefônico, presencial), oferecer atividades educativas e ações de divulgação etc..

De maneira específica, as iniciativas de comunicação dos museus revelam que estas instituições têm poder comunicacional, especialmente a partir dos seus principais produtos: as exposições e as ações de educação. Cury (2010, p. 360), citando Martín-Barbero (1995), comparou a comunicação museológica à interação, ou seja, como “espaço” de negociação do significado da mensagem, considerando que a mensagem

³ A respeito das atividades de salvaguarda e comunicação em museus, consultar os parâmetros técnicos para as instituições museais do estado de São Paulo. Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo. Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico. Grupo Técnico de Coordenação do SISEM-SP. *Cadastro Estadual de Museus de São Paulo*, 2016. Disponível em: <<http://www.sisemsp.org.br/>>. Acesso em: jul. 2016.

parte do emissor para ser discutida com o receptor. Ainda, esta mensagem não é única, fechada e isolada, mas precisa estar aberta a interpretações diferentes por parte do público, o receptor. Sendo assim, a comunicação no museu deveria ser plural e polissêmica, entendendo que o público não é passivo no processo, mas pode ser ativo e também construtor de sua própria experiência (CURY, 2004, p. 91; CURY, 2012a, p. 51).

No entanto, a comunicação museológica não é apenas uma etapa do processo ou uma oportunidade de trocas e criações com o público, mas caracteriza-se também como a revelação das escolhas da instituição, embasadas em diferentes possibilidades, cujas fronteiras podem ser tênues e variar entre o inclusivo e o excludente, o formal e o não formal, o objetivo e o subjetivo, o tradicional e o emergente, o discurso e o diálogo.

É válido dizer que na exposição tais escolhas podem ser reveladas com maior clareza, uma vez que este é o mais importante produto comunicacional de um museu, a ponte entre o público, o patrimônio cultural musealizado e o processo museológico. Dito de outra forma, as exposições legitimam e caracterizam as instituições museais como tal, pois na ausência delas os museus seriam importantes reservas técnicas, expressivas coleções, centros de documentação ou arquivos (SCHEINER, 2003).

Em linhas gerais, uma exposição é a soma de ideias, objetos, mobiliários e recursos expográficos, articulados em um tempo e espaço, sendo que tal conjunto deve ser dosado com inteligibilidade e sentido (CURY, 2008, p. 83). É produto que exige organização, planejamento, elaboração, captação de recursos, concepção, pesquisa, integração, produção, montagem, manutenção, desmontagem e avaliação.

É também “lugar” metodológico, onde podem ser desenvolvidos estudos de público, denominados de estudos de recepção, cujos principais objetivos são compreender a comunicação museológica como intervenção junto aos sujeitos do museu, analisar qualitativamente o discurso expositivo e verificar a sua efetividade, transformar hipóteses em dados empíricos e construir um quadro teórico-metodológico que facilite a interpretação e a compreensão do fato museal, a relação profunda que se estabelece entre sujeito e patrimônio cultural musealizado (GUARNIERI, 1990).

Ademais, como “lugar metodológico” as exposições constituem espaços importantes de estudos não somente de profissionais da Comunicação Museológica e de outras áreas da Museologia, mas também de uma rede diversificada de disciplinas que estão vinculadas ao museu e que podem se apropriar deste universo de maneiras muito particulares (MORAES, 2008, p. 52), como é o caso da pesquisa que será apresentada.

Apresentação da Pesquisa

A pesquisa de pós-doutorado denominada “Os Museus de Arqueologia e a Arqueologia nos Museus: análise de exposições museais no oeste de São Paulo e norte do Paraná” tem como objetivo analisar como a Arqueologia e o patrimônio arqueológico indígena são evidenciados em exposições museais nestas duas regiões. Até o momento foram realizadas visitas técnicas em 44 instituições localizadas em municípios paulistas e paranaenses (Tabela 1).

De um modo geral, tais cidades compartilharam processos de ocupação humana e colonização bem semelhantes. Primeiramente, grupos indígenas habitaram as regiões e, em seguida, a colonização esteve relacionada à expansão da cafeicultura, ou seja, às formas capitalistas de ocupação e uso da terra - entre o final do século XIX e o início do século XX - com a presença de frentes pioneiras, ferrovias, terras boas para o cultivo do café e outros produtos, investimentos da iniciativa privada, imigração etc.

Uma hipótese é que, apesar de investigar exposições apresentadas por instituições e municípios diversos, em dois estados diferentes, os elementos históricos comuns podem sugerir pontos recorrentes nas propostas comunicacionais, bem como evidenciar não apenas disputas territoriais, mas também a seleção e a valorização de algumas memórias em detrimento de outras, algo que o estudo do meio permitirá corroborar ou refutar. E, como resultado das visitas técnicas realizadas, está sendo elaborado um banco de dados atualizado sobre os museus visitados.

Tabela 1 - Municípios e instituições onde foram realizadas as visitas técnicas. Autoria: Leilane Patricia de Lima

Estado de São Paulo	
Municípios	Instituições
Assis	Museu e Arquivo Histórico de Assis – Casa de Taipa “José de Freitas Garcez” e Anexo “José Giorgi”
	Museu Ferroviário Agenor Francisco Felizardo
Paraguaçu Paulista	Museu e Arquivo Histórico Jornalista José Jorge Júnior
Iepê	Museu de Arqueologia de Iepê
	Museu Histórico da Igreja Presbiteriana Independente de Iepê
Pedrinhas Paulista	Centro Cultural (Museu dos Pioneiros)
Gália	Centro Cultural (Museu Municipal de Gália)
Garça	Museu Histórico e Pedagógico de Garça
Marília	Museu Histórico e Pedagógico Embaixador Hélio Antônio Scarabôtollo

	Museu de Paleontologia de Marília
Vera Cruz	Memorial de Vera Cruz (Espaço Cultural Mario Belinelli)
Bastos	Museu Histórico Regional Saburo Yamanaka
Tupã	Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre
Varpa (distrito de Tupã)	Museu Histórico de Varpa Janis Erdberges
Bauru	Museu Ferroviário Regional de Bauru
	Museu Histórico Municipal
Ourinhos	Museu Municipal Histórico e Pedagógico de Ourinhos
Presidente Prudente	Centro de Museologia, Antropologia e Arqueologia (UNESP)
	Museu Prefeito Antônio Sandoval Neto
Chavantes	Museu Histórico Municipal Adibe Abdo do Rio
Piraju	Museu Histórico e Pedagógico Constantino Leman
	Centro Regional de Arqueologia Ambiental Mário Neme (USP)
Total: 15 municípios + 1 distrito	22 instituições
Estado do Paraná	
Cafeara	Museu Histórico Municipal João Rissatti
Colorado	Museu Municipal de Colorado
Uniflor	Fundação Museu Histórico e Centro Cultural Professora Maria Aparecida da Silva Ayres
Bela Vista do Paraíso	Museu Municipal Gecy Fonseca
Porecatu	Museu Municipal José Jabur
Sertanópolis	Museu Histórico de Sertanópolis
Cambé	Museu Histórico de Cambé
Londrina	Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss (UEL)
	Museu de Geologia e Pedologia (UEL)
	Museu da Sociedade Rural do Paraná
Ibiporã	Museu Histórico e de Artes de Ibiporã
	Museu do Café de Ibiporã
Jataizinho	Museu Histórico de Jataizinho
Arapongas	Museu de Arte e História de Arapongas
Rolândia	Museu Municipal de Rolândia
Maringá	Museu Dinâmico Interdisciplinar (UEM)
	Museu da Bacia do Paraná (UEM)
	Museu de Geologia (UEM)
	Museu de História e Artes Hélenon Borba Côrtes
	Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história (UEM)
	Museu Histórico (Unicesumar)

Floriano (distrito de Maringá)	Memorial Kimura
Total: 13 municípios + 1 distrito	22 instituições

Metodologia da Pesquisa

No que se refere à metodologia da pesquisa, foram seguidas as orientações metodológicas do projeto “Análise de Exposições Antropológicas⁴”. Nesse sentido, foi adotado como aporte metodológico para a pesquisa em andamento a Avaliação Técnica, que consiste em observar tecnicamente a exposição posta no espaço, como ela se apresenta para o público, valendo-se de observação, amplo registro fotográfico e registro criterioso em caderno de campo (CURY, 2012b, p. 12).

Para a coleta de informações durante as visitas técnicas foi elaborado um roteiro⁵. Este instrumento foi preenchido em todas as instituições e exposições visitadas. Nele foram anotados os dados institucionais e operacionais, as características geográficas, físicas e arquitetônicas da instituição-sede, os elementos referentes à infraestrutura e dados relacionados às exposições estudadas: acervo exposto, recursos expográficos, mobiliário, temas propostos etc. Em específico, foi indicada a presença ou não de vestígios arqueológicos indígenas e de referências à Arqueologia nos espaços expositivos.

Em cada estado foram realizadas 22 visitas técnicas. Partindo do pressuposto de que a exposição é um “lugar metodológico” e um produto comunicacional de uma instituição museal, o banco de dados que está sendo organizado, a partir dos roteiros preenchidos em campo, apresentará informações de cinco unidades temáticas diferentes: o museu, a exposição, a Arqueologia, o patrimônio arqueológico e a experiência da visita. Para cada **unidade temática (A-E)** foram criadas as **unidades de análise (I-XIV)**, totalizando 14 tópicos gerais distribuídos entre os cinco temas analisados. Por fim, foram também

⁴ A pesquisa de pós-doutorado está vinculada ao projeto “Análise de Exposições Antropológicas”, coordenado pela professora Dra. Marília Xavier Cury, do MAE-USP, e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Segundo Cury, a proposta é “*levantar dados para subsidiar a proposição de categorias que possam sustentar modelos expográficos, parte substantiva da discussão para uma crítica de exposições museológicas*” (CURY, 2012b, p. 2). Ainda, como objetivos específicos o referido projeto procura entender processos expográficos – condições de produção, resultado formal e recepção – para compreensão de metodologias, construção de retóricas, análise da forma/*design* e apreensão dos usos públicos, e colaborar para uma crítica de exposição, levantando pontos de (des) construção da linguagem expositiva (CURY, 2012b, p. 4).

⁵ Este roteiro é uma adaptação do “Roteiro de Observação para Visita a Museus”, elaborado pela professora Dra. Marília Xavier Cury e utilizado durante a disciplina de graduação “Exposições Antropológicas”, no ano de 2013.

elaboradas as **unidades de contexto (1-68)**, em um total de 68 itens potenciais de verificação distribuídos entre as 14 unidades de análise (Tabela 2)⁶.

Tabela 2 - Estrutura do banco de dados - Temas, Unidades de Análise e Unidades de Contexto. Autoria: Leilane Patricia de Lima.

A - MUSEU
I – Sobre a identidade do museu pesquisado
1 - Categoria Institucional
2 - Natureza Administrativa
3 - Tipologia de Acervo
II – Sobre os “pontos” de encontro com o público
4 - Atendimento Telefônico
5 - Atendimento Eletrônico
6 - Atendimento Presencial
III - Sobre o espaço geográfico e físico
7 - Localização
8 - Equipamentos culturais próximos
9 - Circulação no entorno
10 - Entorno imediato da instituição museal
11 - Uso do espaço externo (arredores do edifício)
IV - Sobre a comunicação visual
12 - Comunicação Externa
13 - Comunicação Interna
V - Sobre o acesso à instituição
14 - Meios
15 - Formas
16 - Pisos
17 - Entrada
18 - Potenciais barreiras de acesso
VI - Sobre o espaço arquitetônico
19 - Tipo de imóvel
20 - Funções do imóvel

⁶ (LIMA, 2016) (no prelo).

21 - Formas de institucionalização

22 - Infraestrutura de uso interno

23 - Infraestrutura e equipamentos de uso externo (público)

24 - Segurança

25 - Segurança contra incêndio

VII - Sobre a organização espacial

26 - Setor Expositivo

27 - Setor Técnico

28 - Setor Administrativo

VIII - Sobre o relacionamento com o público

29 - Controle de visitas (quantitativo)

30 - Controle de visitas (qualitativo)

31 - Ações de marketing

32 - Ações de atendimento e eventos

B - EXPOSIÇÃO

IX – Concepção política

33 - Ficha técnica

34 - Tomada de decisão

X - Concepção museológica

35 - Título

36 - Tipo de exposição

37 - Narrativa

38 - Temas

39 - Recorte Conceitual

40 - Desenvolvimento conceitual

41 - Acervo exposto

42 - Orientações para o público

43 - Elementos de atração

44 - Trajeto

45 - Circulação interna

46 - Pontos do percurso

47 - Acessibilidade na exposição

XI - Concepção expográfica

- 48 - Recursos expográficos
- 49 - Mobiliário que dá suporte ao acervo exposto
- 50 - Vitrines
- 51 - Cores
- 52 - Iluminação
- 53 - Textos verbais
- 54 - Expografia
- 55 - Controle ambiental do acervo exposto
- 56 - Segurança da exposição

C - ARQUEOLOGIA

XII - Arqueologia na exposição

- 57 - Formas de apresentação
- 58 - Representação
- 59 - Localização

D - PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

XIII – Patrimônio Arqueológico Indígena na Exposição

- 60 - Procedência
- 61 - Espaços ocupados
- 62 - Acomodação
- 63 - Apresentação
- 64 - Localização
- 65 - Recursos expográficos

E - EXPERIÊNCIA

XIV – Experiência da visita

- 66 - Aparência visual da exposição
- 67 - Sentimentos da visita
- 68 - Imagem do museu

Em se tratando especificamente a unidade temática “Patrimônio Arqueológico”, oito instituições no estado de São Paulo e nove instituições no estado do Paraná apresentaram patrimônio arqueológico relacionado às populações indígenas em seus espaços expositivos (Tabela 3).

Tabela 3 – Instituições com patrimônio arqueológico indígena nos espaços expositivos.
 Autoria: Leilane Patricia de Lima.

Estado de São Paulo	
Municípios	Instituições
Paraguaçu Paulista	Museu e Arquivo Histórico Jornalista José Jorge Júnior
Iepê	Museu de Arqueologia de Iepê
Bastos	Museu Histórico Regional Saburo Yamanaka
Tupã	Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre
Bauru	Museu Ferroviário Regional de Bauru
Ourinhos	Museu Municipal Histórico e Pedagógico de Ourinhos
Presidente Prudente	Centro de Museologia, Antropologia e Arqueologia (UNESP)
Piraju	Centro Regional de Arqueologia Ambiental Mário Neme (USP)
Estado do Paraná	
Porecatu	Museu Municipal José Jabur
Sertanópolis	Museu Histórico de Sertanópolis
Cambé	Museu Histórico de Cambé
Londrina	Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss (UEL)
	Museu de Geologia e Pedologia (UEL)
Ibiporã	Museu Histórico e de Artes de Ibiporã
Jataizinho	Museu Histórico de Jataizinho
Maringá	Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história (UEM)
Florianópolis (distrito de Maringá)	Memorial Kimura

Para levantar dados numa perspectiva mais abrangente sobre as características e a situação geral do patrimônio arqueológico indígena exposto em exposições museais, foram levantadas em campo as seguintes informações: procedência, espaços ocupados na exposição, acomodação, formas de apresentação, localização e recursos expográficos (vide Tabela 2 – itens 60 a 65).

No que se refere à procedência das peças arqueológicas, foi identificada uma variedade de categorias até o momento: local e/ou regional, de outros municípios, de outros estados, de outros países e não indicada.

A respeito dos espaços ocupados na exposição, as categorias identificadas foram: um espaço, uma sala ou seção de Arqueologia; sala/seção de Pré-História; sala/seção de História; sala/seção de Etnografia; sala/seção de Ciências Naturais e todo o espaço expositivo.

Sobre a acomodação dos vestígios arqueológicos foram identificadas as seguintes situações: dentro de vitrines e/ou armários e/ou gavetas, pendurados em paredes, colocados em suportes ou diretamente no chão.

Quanto à forma de apresentação das peças arqueológicas foram identificadas as seguintes ocorrências: isoladas, agrupadas por tipo, agrupadas por função, agrupadas por matéria-prima, misturadas entre outros objetos arqueológicos, entre objetos históricos, entre objetos das ciências naturais e entre objetos etnográficos.

Para a localização dos objetos dentro das exposições foram considerados a entrada, o meio e o fim dos percursos expositivos.

Sobre os recursos expográficos usados junto aos objetos arqueológicos foram consideradas as seguintes categorias: textos, vitrines, fotos, legendas, vídeos, painéis, banners, ilustrações, mapas, cenários, maquetes, cores.

Como o banco de dados está sendo alimentado com as informações coletadas durante as visitas técnicas, serão apresentadas, mais detalhadamente e a título de exemplos, duas instituições no estado de São Paulo que apresentam vestígios arqueológicos em seus espaços expositivos: Museu e Arquivo Histórico Jornalista José Jorge Júnior, em Paraguaçu Paulista, e Museu Histórico Regional Saburo Yamanaka, em Bastos.

Museu e Arquivo Histórico Jornalista José Jorge Júnior – Paraguaçu Paulista

O Museu e Arquivo Histórico Jornalista José Jorge Júnior foi fundado no ano de 2004 nas dependências do antigo mercado municipal da cidade. É um museu histórico, cuja natureza administrativa é pública municipal local. A tipologia do acervo é variada e inclui peças da Antropologia e Etnografia, da Arqueologia, das Artes Visuais, da Ciência e Tecnologia, da História, de Imagem e Som, Biblioteconômico e Documental. Não há atendimentos telefônico e eletrônico, somente presencial.

O museu está localizado na zona urbana central, próximo à Biblioteca e ao Teatro Municipal. A circulação no seu entorno é ampla e o entorno imediato da instituição (uma praça) que deveria ser usado para descanso e lazer da população parece abandonado.

Não há informações na fachada do edifício que indiquem que ali é o museu histórico da cidade (Imagem 1). No entanto, à entrada da instituição há uma placa que se refere à data inaugural do museu naquele espaço: 08/05/04. A comunicação interna também é bastante limitada. Não há símbolos internacionais de acesso, rotas e direções, mapa para

os visitantes. Há uma única placa que indica a sala destinada ao "escritório" (administrativo) da instituição.

Os meios de acesso à instituição são variados. O visitante pode chegar de ônibus, carro, moto, bicicleta, a pé. A entrada é gratuita e a instituição é aberta ao público de terça a sexta-feira, no horário de funcionamento da prefeitura.

O imóvel onde está localizada a instituição é histórico não tombado. O edifício teve seus espaços adaptados para se transformar em museu. Como infraestrutura externa (de uso do público), o museu oferece área de descanso, bebedouro e banheiros (não acessíveis). Há também o estacionamento da praça, que pode ser utilizado tanto pelos funcionários quanto pelo público, mas sem exclusividade.

Internamente, a organização espacial é dividida nos seguintes setores: espaço expositivo (para exposições de longa duração e temporárias) e administrativo. Vale dizer que o espaço para a exposição temporária abriga parte do acervo do Museu de Artes da cidade, que está desativado. E o setor administrativo corresponde a um pequeno escritório, logo à entrada da instituição. A reserva técnica fica em outro galpão, mas ainda dentro do complexo do antigo mercado.

Sobre as formas de relacionamento com o público, a instituição museal mantém em seu espaço expositivo um controle quantitativo de visitantes (livro de visitas) e oferece monitorias e visitas guiadas, desde que agendadas previamente.

A respeito da exposição de longa duração, esta não tem título e nem ficha técnica. Foi organizada por alguns funcionários municipais e apresenta como tema principal a história do município. O trajeto expositivo é sugerido a partir de algumas portas de acesso fechadas e outras abertas, mas a circulação interna no espaço expositivo é livre.

Em linhas gerais, a exposição pretende apresentar – cronologicamente – a história de formação e desenvolvimento do município, com ênfase nas famílias pioneiras, no cotidiano doméstico e no trabalho rural. Para tanto, uma variedade de temáticas foram abordadas em seu desenvolvimento conceitual: Indígenas, Imigrantes, Pioneirismo, Personalidades, Agricultura e Trabalho Rural, Cotidiano Doméstico, Religião, Política, Educação, Saúde, Artes, Comunicação, Relíquias e Curiosidades, Comércio e Indústria, Economia e Revolução foram alguns temas escolhidos nesta proposta comunicacional.

No que se refere à temática indígena, esta foi abordada a partir de objetos arqueológicos e etnográficos, em uma sala/seção do espaço expositivo que se encontra logo à entrada da exposição (Imagem 2). O patrimônio arqueológico exposto é composto por artefatos

polidos, mais precisamente, 14 lâminas de machado, 1 martelo, 1 machado encabado, 2 mãos de pilão e 6 fragmentos de telha da Redução Jesuítica de Santo Inácio-PR. O patrimônio etnográfico é composto por 2 vasilhames de cerâmica que podem ser de origem Kaingang local (não indicado), armas do Mato Grosso e adornos de Belém do Pará.

A respeito da procedência das peças arqueológicas, foi possível identificar que algumas são locais/regionais e outras são do Paraná (fragmentos de telhas), mas a maioria das peças arqueológicas em exposição não tem sua procedência informada. A informação repassada na instituição é que as peças foram coletadas pelo jornalista e historiador que dá nome ao museu, José Jorge Júnior.

Os objetos indígenas foram acomodados em uma vitrine e em um armário. Cada um destes suportes apresenta tanto objetos arqueológicos quanto objetos etnográficos. Os objetos arqueológicos apresentados na vitrine são os artefatos polidos. A forma de apresentação destes objetos sugere que eles foram organizados por tipo, por matéria-prima e função. No caso do armário, os objetos arqueológicos expostos são os fragmentos de telha.

Os recursos expográficos usados junto aos objetos indígenas são as fotografias e as legendas. As fotografias, localizadas na parede logo acima da vitrine expositiva, ilustram os kaingang da região, no início do século XX. Enquanto que as legendas não apresentam uma padronização muito bem definida: algumas indicam a função, outras a procedência, outras a matéria-prima, outras a época e assim por diante.

De um modo geral, com a visita técnica foi possível perceber que a temática indígena foi apresentada no desenvolvimento conceitual e na narrativa da exposição, tanto a partir de objetos que ilustram populações contemporâneas, quanto a partir de vestígios de sociedades mais antigas. No entanto, estas diferenciações não estão claramente definidas e nem foram discutidas para o público da exposição. Dito de outra forma, os objetos indígenas foram usados para fazer referência ao índio – não necessariamente local - mas genérico, algo que pode colaborar para o reforço de estereótipos, sem diferenciações, discussões, explicações complementares, apenas para apresentar um passado antes da colonização da região feita pelos pioneiros. Temas como processos de ocupação humana local, diversidade, cotidiano, crenças e rituais etc. não foram abordados.



Imagem 1 - Fachada do Museu e Arquivo Histórico Jornalista José Jorge Júnior, Paraguaçu Paulista-SP. Foto: Leilane Patricia de Lima, 2016.



Imagem 2 - Sala/Seção Indígena, Museu e Arquivo Histórico Jornalista José Jorge Júnior, Paraguaçu Paulista-SP. Foto: Leilane Patricia de Lima, 2016

Museu Histórico Regional Saburo Yamanaka – Bastos

O Museu Histórico Regional Saburo Yamanaka foi fundado no ano de 1975 nas dependências do primeiro hospital da região. Encontra-se dentro de um complexo com um jardim japonês (Jardim da Amizade, inaugurado em 1995 para celebrar os 100 anos de amizade entre Brasil e Japão). Neste jardim há monumentos, marcos, placas comemorativas, lago (desativado), ponte, uma sala de recepção para receber autoridades (hoje usada como depósito de jardinagem) e núcleos expositivos. A instituição foi reformada e reinaugurada em 08/02/2012. As Secretarias Municipais de Educação e Esportes estão compartilhando o espaço do museu temporariamente.

É um museu histórico, cuja natureza administrativa é pública municipal regional. A tipologia do acervo é variada e inclui peças da Antropologia e Etnografia, da Arqueologia, das Artes Visuais, da Ciência e Tecnologia, da História, de Imagem e Som, Biblioteconômico e Documental. A instituição não oferece nenhum tipo de atendimento eletrônico.

O museu está localizado na zona urbana central, próximo à Biblioteca e ao Teatro Municipal. A circulação no seu entorno é média e o entorno imediato da instituição é bastante atrativo por conta do Jardim Japonês.

Não há informações na fachada do edifício que indiquem que ali é o museu histórico da cidade (Imagem 3). No entanto, na área interna da instituição – mais precisamente em seu setor expositivo - há uma placa que indica sua reinauguração, datada de 08/02/2012.

Os meios de acesso à instituição são variados. O visitante pode chegar de ônibus, carro, moto, bicicleta, a pé. A entrada é gratuita e a instituição é aberta ao público todos os dias, sendo que aos finais de semana o horário de atendimento é reduzido.

O imóvel onde está localizada a instituição é histórico não tombado. O edifício teve seus espaços adaptados para se transformar em museu. Como infraestrutura externa (de uso do público), o museu oferece recepção, área de descanso, bebedouro e banheiros acessíveis.

Internamente, a organização espacial é dividida nos seguintes setores: expositivo, técnico (reserva técnica) e administrativo.

Sobre as formas de relacionamento com o público, a instituição museal mantém em seu espaço expositivo um controle quantitativo de visitantes (livro de visitas) e oferece monitorias e visitas guiadas, desde que agendadas previamente.

A respeito da exposição de longa duração, esta não tem título e nem ficha técnica. Foi organizada pelo fundador que dá o nome à instituição, Sr. Saburo Yamanaka, com a ajuda de funcionários e colegas. O trajeto expositivo é fechado, obedecendo a organização arquitetônica do edifício-sede, porém a circulação interna no espaço expositivo é livre (Imagem 4).

De um modo geral, é possível dizer que há duas exposições que ocupam o setor expositivo de longa duração do Museu de Bastos. De um lado, uma tem narrativa classificatória e apresenta elementos da história natural (rochas, minerais, fauna e flora). De outro, a narrativa é cronológica e temática e trata da história da imigração japonesa na região, apresentando cronologicamente a formação e desenvolvimento do município.

Para tanto, uma variedade de temáticas foram abordadas no desenvolvimento conceitual: Indígenas, Imigrantes, Pioneirismo, Colonização, Personalidades, Agricultura e Trabalho Rural, Cotidiano Doméstico, Religião, Política, Educação, Artes, Comunicação, Economia, Profissões, Obras e Desenvolvimento, Esportes, Eventos Militares, História Familiar, Fauna, Flora, Minerais e Rochas.

No que se refere à temática Indígena, esta foi abordada a partir da apresentação de objetos etnográficos e muitos objetos e fragmentos arqueológicos. Sobre os primeiros, uma pequena parcela compõe um espaço expositivo próximo à Seção Marítima⁷ com poucas cerâmicas, exemplares de cestarias e armas, acomodados diretamente no chão. Outros estão dentro de vitrines de mesa misturados a objetos de várias tipologias.

Sobre os objetos arqueológicos, estes são apresentados nos dois salões expositivos principais, sempre associados e misturados aos exemplares de fauna, flora, cristais, rochas e minerais. Ou seja, não participam da área expositiva onde são apresentadas informações históricas sobre a ocupação humana local, mas estão nos setores específicos que tratam do patrimônio relacionado às ciências e à história natural.

Estão expostos objetos provenientes de quase todas as regiões brasileiras, principalmente do estado de São Paulo, recolhidos entre as décadas de 1930 e 1970. São artefatos e fragmentos líticos (lascados e polidos), cerâmicos e ósseos, além de fauna malacológica, ossos humanos e exemplares de materiais construtivos. No entanto,

⁷ Tal seção apresenta a ossada de uma baleia da espécie *Balenóptero*, popularmente conhecida por Minke. O mamífero, na orla litorânea da Paraíba, media 9,50m de comprimento, 6,65m de diâmetro, 2m de altura e pesava mais de 10 toneladas. A ossada foi montada e doada pelo Departamento de Oceanografia e Limnologia do Instituto de Biologia Marinha da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

a procedência do patrimônio arqueológico não está indicada em todas as inúmeras peças e fragmentos que se encontram no setor expositivo.

Os objetos arqueológicos foram acomodados em diversas vitrines de mesa, armários e em suportes. Os recursos expográficos utilizados são legendas, mas estas não têm conteúdo padronizado, a legibilidade está comprometida e a localização foi trocada, isto é, há situações em que a cerâmica é apresentada como lítico e vice-versa.

De um modo geral, é possível perceber que a temática indígena foi apresentada no desenvolvimento conceitual e na parte expositiva em que há uma narrativa classificatória de elementos ligados às ciências naturais. A mensagem transmitida é que esta temática pertence mais àquilo que tem origem natural do que cultural, e a própria divisão no espaço expositivo indica isso - os índios estão tão fortemente integrados à natureza a ponto de se confundirem com ela (LIMA; FRANCISCO, 2013, p. 99). Ficou bastante claro que o museu está abandonado, sem recursos humanos e financeiros. Não há manutenção dos objetos em exposição e há uma degradação evidente do patrimônio cultural musealizado.



Imagem 3 - Fachada do Museu Histórico Regional Saburo Yamanaka, Bastos-SP. Foto: Leilane Patricia de Lima, 2016.



Imagem 4 - Setor expositivo, Museu Histórico Regional Saburo Yamanaka, Bastos-SP. Foto: Leilane Patricia de Lima, 2016.

Considerações Finais

A proposta deste artigo foi apresentar alguns elementos de reflexão para a compreensão dos museus como espaços de salvaguarda e comunicação do patrimônio arqueológico, mas também como potencial “lugar” metodológico para os profissionais que atuam na área da Arqueologia Pública, especialmente a partir do estudo empírico do seu principal produto comunicacional: a exposição.

Nesse contexto de reflexões foi apresentado tanto o aporte metodológico da pesquisa de pós-doutorado, embasado na Avaliação Técnica de exposições, quanto a estrutura do banco de dados digital, uma plataforma que está em fase de revisão e que apresentará dados atualizados das 44 instituições visitadas nos dois estados. Tais dados foram pensados de maneira a contemplar cinco unidades temáticas: o museu, a exposição, a Arqueologia, o patrimônio arqueológico e a experiência da visita.

Especificamente sobre o patrimônio arqueológico indígena, foram apresentadas as unidades de análise e as categorias identificadas em campo. No entanto, como o banco de dados não está finalizado, optou-se por discutir a situação do patrimônio arqueológico

indígena - a título de exemplo - em dois museus municipais - o de Paraguaçu Paulista e o de Bastos, ambos no estado de São Paulo.

Em geral, foi possível perceber que no primeiro caso o patrimônio arqueológico colabora para uma narrativa que se caracteriza como cronológica e temática. Sendo assim, estes objetos foram usados – junto a objetos indígenas contemporâneos – para apresentar o índio de maneira genérica, estereotipada e, até mesmo exótica, e para ilustrar um passado antes da colonização feita pelas famílias pioneiras, sobretudo. No segundo caso, o patrimônio arqueológico indígena participou de uma narrativa classificatória, sendo apresentado junto ao acervo das rochas, minerais, cristas, flora e fauna, transmitindo a ideia de que aquilo que é dos índios tem origem natural, não cultural.

Apesar de ainda não finalizada, toda a análise tem por objetivo entender certos padrões em exposições e, mais do que isso, se os objetos arqueológicos indígenas são elementos comuns nestas propostas comunicacionais que têm função essencial na memória coletiva.

Referências

BEZERRA, Marcia. Um breve ensaio sobre patrimônio arqueológico e povos indígenas. *Revista de Arqueologia*, v.24, n.1, p.74-85, 2012,. Disponível em: <http://sabnet.com.br/revista/artigos/SAB_Revista_V24-02_PgSimples.pdf>. Acesso em: 19 out. 2016.

CURY, Marília Xavier. Os usos que o público faz dos Museus - A (re)significação da cultura material e do Museu. *Musas: Revista Brasileira de Museus e Museologia*, n.1, p. 86-106, 2004.

CURY, Marília Xavier. Reflexões sobre a importância pública das exposições antropológicas. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, Suplemento 7, p.77-87, 2008,

CURY, Marília Xavier. Educação em museus, cultura e comunicação. CUNHA, Ana Maria de Oliveira *et al.* (Orgs.). *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente*. Coleção didática e prática de ensino, nº 5. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 357-369.

CURY, Marília Xavier. Museologia, comunicação museológica e narrativa indígena: a experiência do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre. *Museologia & Interdisciplinaridade*, v.1, n.1, p.49-76, 2012a. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/6842/5514>>. Acesso em: jan. 2016.

CURY, Marília Xavier. Análise de Exposições Antropológicas - Subsídios para uma Crítica. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, XIII, 2012b, ENANCIB, 2012. *Anais...* Rio de Janeiro: ANCIB, 2012b. p.1-20. Disponível em: <<http://www.eventosecongressos.com.br/metodo/enancib2012/arearestrita/pdfs/19360.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2016.

GUARNIERI, Waldisa Russio. Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação. *Cadernos Museológicos*, n. 3, Rio de Janeiro: IBPC, 1990.

LIMA, Leilane Patricia de. A Arqueologia e os indígenas na escola: um estudo de caso em Londrina-PR. *Tese* (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Orientador: Prof. Dr. Pedro Paulo Funari. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde.../LEILANELIMAR revisada.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2016.

LIMA, Leilane Patricia de. A Arqueologia e o patrimônio arqueológico indígena em exposições museais no centro-oeste de São Paulo e norte do Paraná: questões preliminares. *Questões indígenas e museus* (no prelo).

LIMA, Leilane Patricia de; FRANCISCO, Gilberto da Silva. Exposição, Comunicação e Alteridade. *Diálogos entre as licenciaturas e a educação básica: aproximações e desafios*. In: LIMA, Ângela Maria de Sousa *et al.* (Orgs.). Londrina: UEL, 2013. p.91-104.

LIMA, Tânia Andrade. Um passado para o presente: preservação arqueológica em questão. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 33, p. 5-21, 2007.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra. Premissas para a formulação de políticas públicas em Arqueologia. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 33, p.37-57, 2007.

MORAES, Julia. L. Nolasco. Faces e interfaces da Museologia: Um olhar interdisciplinar sobre exposições museológicas. *Dissertação* (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (UFF-IBICT), Rio de Janeiro, 2008. Orientador: Profa. Dra. Lena Vania Ribeiro Pinheiro.

SALERNO, Virginia. Pensar la arqueologia desde el sur. *Complutum*, v. 23, n.2, p. 191-203, 2012. Acesso em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/CMPL/article/view/40885>>. Acesso em: ago. 2016.

SCHEINER, Tereza C. M.. Comunicação - educação - exposição: novos saberes, novos sentidos. *Semiosfera*, v. 4-5, 2003.

OS DESAFIOS DA MUSEALIZAÇÃO: as instituições de guarda do patrimônio arqueológico e o passivo das coleções provenientes do licenciamento ambiental

Paulo Otávio Laia^{*}

Marcia Maria Suñer Arcuri^{**}

Resumo

Observando a conjuntura atual das políticas públicas de gestão e preservação do patrimônio arqueológico brasileiro, com destaque para a formação de acervos provenientes dos processos de licenciamento ambiental, o presente ensaio expõe alguns apontamentos que vêm sendo discutidos entre os pesquisadores do Laboratório de Pesquisas em Arqueologia, Patrimônio e Processos Museológicos Comunitários – LAPACOM – do Departamento de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto. A reflexão parte dos resultados preliminares de um estudo em andamento que busca relacionar as demandas de salvaguarda e difusão dos acervos arqueológicos, frente às exigências e instrumentos legais de proteção patrimonial e ao potencial de vinculação social que estes adquirem no encadeamento dos processos de musealização do patrimônio cultural.

Palavras-chave: Arqueologia; Museologia; Patrimônio Arqueológico; Gestão; Coleções.

Introdução

No Brasil, o marco legal de proteção do patrimônio arqueológico vem norteando há décadas os procedimentos de preservação, pesquisa e gestão destes bens culturais, conforme disposto na Lei nº 3.924/1961 e reiterado nos dispositivos que regulam os procedimentos de licenciamento ambiental, tais como: a Resolução CONAMA nº 01/1986;

^{*} Pesquisador do Laboratório de Pesquisas em Arqueologia, Patrimônio e Processos Museológicos Comunitários, Bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto, Prédio da Escola de Direito, Turismo e Museologia, Campus Morro do Cruzeiro, Ouro Preto - MG, Brasil

^{**} Prof. Dra. do Departamento de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto; Laboratório de Pesquisas em Arqueologia, Patrimônio e Processos Museológicos Comunitários, Prédio da Escola de Direito Turismo e Museologia, Campus Morro do Cruzeiro, Ouro Preto - MG, Brasil.

as Portarias IPHAN nº 07 de 1988 e nº 230 de 2002; a Portaria MMA nº 419/2011, a Instrução Normativa IPHAN nº 01 de 2015; e mais recentemente as Portarias IPHAN nº 195/2016, 196/2016, 197/2016 e a Ordem de Serviço nº 02/2016.

Em conjunto, as normativas vigentes consideram o patrimônio arqueológico a partir dos bens patrimoniais de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, considerando-os portadores de referência às identidades, às ações e às memórias dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (Art. 216 da Constituição Federal de 1988). Observamos também a inserção destes bens na lógica da preservação ambiental, considerada a ampliação da concepção de meio ambiente, que observa integralmente os aspectos ecológicos e culturais (Política Nacional do Meio Ambiente - Lei nº 6.938/81).

Desse modo, seja no discurso patrimonial, seja pelas prerrogativas ambientais, o patrimônio arqueológico dispõe de uma série de mecanismos gerenciais que buscam efetivar os procedimentos de sua tutela, gestão e proteção. Não serão abordadas diretamente neste texto as formulações que organizam estes procedimentos nos diferentes âmbitos em que são aplicados; ao contrário, pretende-se aqui correlacionar a proteção legal destes bens com os valores envolvidos nas dinâmicas de uso e ocupação de territórios e o potencial de vinculação social que eles apresentam, principalmente, no que tange ao processo de fortalecimento de suas instituições de guarda e preservação.

A Formação das Coleções Arqueológicas no Processo de Licenciamento Ambiental

A Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81), define a obrigatoriedade de se realizar a avaliação de impactos ambientais causados pela implantação e operação de empreendimentos potencialmente nocivos aos componentes natural, socioeconômico e cultural das áreas direta e indiretamente atingidas pelo mesmo, em território nacional. Este diagnóstico deve apresentar uma completa descrição e análise dos recursos ambientais e de suas interações, tal como existem, de modo a caracterizar a situação ambiental da área antes da implantação do projeto.

De acordo com as resoluções específicas para tais procedimentos (Resolução CONAMA nº 01/1986 e nº237/1997), a caracterização dos meios socioeconômicos observa as dinâmicas de uso e ocupação do solo, os usos da água, os manejos ambientais e a interação humana nessas dinâmicas, considerando um determinado território e seu histórico de uso, físico e simbólico, em uma escala temporal. Esta perspectiva destaca os

sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais, tendo em vista suas relações com os recursos ambientais e o processo de significação destes locais, seja em contextos pretéritos, em sua coexistência com as comunidades do presente, ou em seu potencial de utilização no futuro.

A partir do estabelecimento destas diretrizes, abriram-se inúmeras possibilidades de observação e conhecimento de territórios, reconhecendo-se suas especificidades, dada a diversidade geográfica, histórica e social brasileira. Estas condicionantes geraram também a criação de novas inserções laborais, aumentando o campo de trabalho para a atuação de profissionais especializados.

A previsão legal de um processo administrativo que submetesse as atividades potencialmente danosas ao meio ambiente, com análise técnica, jurídica e social de sua viabilidade, bem como a previsão de participações da sociedade, se materializou na nomenclatura licenciamento ambiental (SOARES, 2007, p.151).

Por outro lado, a especificidade de proteção do patrimônio arqueológico frente às atividades de impacto é matéria já apontada no principal mecanismo de proteção legal deste bem, a Lei nº 3.924/1961, que ressalta a proibição, em qualquer finalidade, das atividades de destruição ou mutilação dos sítios arqueológicos no Brasil, antes que estes sejam devidamente pesquisados. Observa-se, desse modo, que o processo de construção dos mecanismos de proteção ambiental se faz em consonância com diretrizes específicas, como por exemplo, o Decreto-Lei nº 25/1937, que estabelece a integração dos bens arqueológicos como patrimônio de interesse público e da nação.

Nessa discussão, o tratamento legal dado aos bens arqueológicos classifica-os como bens públicos e, principalmente, como de interesse público, o que faz com que esta abordagem modifique, segundo Soares (2007), a própria relação entre o bem e o Poder Público responsável por sua preservação. Ao se estabelecer a previsão constitucional de titularidade por parte da União para os bens de natureza arqueológica, a consequência direta é a finalidade e a gestão pública desses bens. Assim, o patrimônio arqueológico, mesmo sendo um recurso cultural que possua intrinsecamente um valor econômico, serve predominantemente à produção de conhecimento para a compreensão da existência humana (SOARES, 2007, p.57).

Contextualizando o debate e direcionando-o ao cenário brasileiro, principalmente a partir de 2003 com os programas governamentais de implantação e expansão das obras de infraestrutura nacional, as pesquisas arqueológicas de natureza preventiva se desenvolveram de tal modo, que chegaram a corresponder a 98% dos estudos

arqueológicos realizados no país (ZANETTINI, 2009 *apud* MORAES WICHERS, 2010, p.174). Isso que nos faz considerar, com determinada segurança, que nenhum acervo patrimonial ascendeu quantitativamente de forma tão expressiva nos últimos anos, quanto o arqueológico.

Como descrito, as prerrogativas legais estabelecem o gerenciamento dos bens arqueológicos no país, bem como suas atividades de organização e extroversão. O marco legal define que a guarda do material encontrado em atividades prospectivas interventivas e de escavação, seja em pesquisas acadêmicas ou no âmbito do licenciamento ambiental, é de responsabilidade de instituições capazes de zelar por seu acondicionamento, conservação, pesquisa e difusão. Atualmente, prima-se para que estas instituições sejam, em sua maioria, museus e centros universitários com vocação para a pesquisa e fruição de coleções arqueológicas.

O Patrimônio Arqueológico na Dinâmica da Transferência de Poder

Dizer então, da formação dos acervos arqueológicos e de seu acondicionamento nas instituições de guarda é falar de um processo de transferências de poder, em que os diferentes agentes envolvidos terceirizam responsabilidades dentro de uma dinâmica, que tem como principal consequência o enfraquecimento institucional do patrimônio arqueológico e paralelamente sua desvinculação social.

Como disposto, o risco de destruição do patrimônio arqueológico frente à instalação de empreendimentos potencialmente impactantes gerou a necessidade e exigência de estudos e avaliações, mas há de se considerar que tais estudos estão vinculados a uma cadeia multidisciplinar. Com tal característica, mesmo que os processos de licenciamento tramitem sob a avaliação dos órgãos ambientais competentes, torna-se imprescindível a participação da autarquia federal responsável pela proteção dos bens arqueológicos no país, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

Tratando-se especificamente dos procedimentos de avaliação e licenciamento de impactos ambientais, o IPHAN regula as ações e intervenções diretas nos territórios atingidos. A instituição define diretrizes específicas para salvaguarda dos bens de natureza arqueológica frente aos riscos de sua degradação.

A Portaria IPHAN nº 07/1988, já considerava que os pedidos de permissão para autorização de pesquisas e escavações arqueológicas indicassem a instituição científica

que apoia o projeto, apresentando a declaração de endosso institucional (art. 5º, inciso VII). Como apontam Santos Costa e Comerlato (2013), de acordo com o Código Civil (Lei federal nº 10.46/2002), o endosso corresponde a uma atividade solidária e unilateral, onde um indivíduo ou entidade transfere a responsabilidade sobre algo a um terceiro.

No que às relações de guarda dos acervos arqueológicos, o termo endosso é acrescido da condicionante institucional, referindo-se, como apresentado, à declaração que corresponde ao comprometimento de uma instituição na guarda do material resultante das pesquisas arqueológicas, concedendo apoio ao IPHAN nas ações de preservação do patrimônio arqueológico brasileiro (SANTOS COSTA; COMERLATO, 2013, p.117).

A condicionante apontada anteriormente reserva os bens de natureza arqueológica à manipulação de especialistas, ou seja, profissionais teórica e metodologicamente capacitados que se tornam fiéis depositários do material retirado de seu contexto, ou em estudo pós-cedente, até o encaminhamento final dos bens para o seu local de guarda.

Com a Portaria IPHAN 230/2002, a responsabilidade pela garantia de preservação do material arqueológico encontrado nas áreas em que se realizem pesquisas interventivas passava a ser assumida pelo empreendedor da ação impactante, efetivada através do investimento na modernização, ampliação e/ou fortalecimento das unidades de guarda já existentes, ou mesmo na construção de unidades museológicas específicas para o caso (art. 6º, § 8º). As diretrizes para a seleção do local de guarda, conforme definido pela Portaria 230, são para que esta ocorra em comum acordo com o arqueólogo “fiel depositário”, sendo este responsável também pelos processos de triagem, análise e inventário do material recolhido.

Diante desse cenário de transferências, destaca-se que na composição de atores (IPHAN – Empreendedor – Arqueólogo – Instituição de Endosso/Guarda) o patrimônio arqueológico acaba se sujeitando às regras do mercado e aos fluxos do capital (WICHERS, 2013). Assim, como consequência direta, encadeia-se uma série de complexas ações que resultam no tratamento inapropriado desses materiais, tanto em relação à salvaguarda, quanto à comunicação dos mesmos (BRUNO, 2005). O direcionamento do material arqueológico a espaços depositários que encerram suas ações no acondicionamento reduz a potência do endosso institucional a uma “troca de cartas” (COSTA, 2007), muitas vezes impossibilitando a construção de uma abordagem continuada pela perspectiva da Musealização da Arqueologia.

Musealização da Arqueologia: observações acerca de um processo

As relações entre a Museologia e a Arqueologia apresentaram, ao longo de seu desenvolvimento enquanto disciplinas acadêmicas colaboradoras na construção do conhecimento, rupturas e resiliências provenientes do complexo conjunto de procedimentos técnicos e científicos que ambas operam. De acordo com Bruno (2013), por lidarem com os indicadores da memória – “...que a Arqueologia evidencia e interpreta e a Museologia salvaguarda e comunica” – as trajetórias destas disciplinas se viram permeadas por “idiosincrasias institucionais e enfrentamentos socioculturais” (BRUNO, 2013, p.05).

Contudo, dadas as especificidades de cada um desses campos, não buscamos aqui pormenorizar a trajetória dos avanços e retrocessos experimentados por cada área, mas observar que a interface entre tais trajetórias tem sido discutida por diversos olhares ao longo dos tempos (BRUNO, 1992, 1996, 1999, 2005, 2008, 2013; CÂNDIDO, 2004, 2005; MORAES WICHERS, 2010, 2011; SALADINO, 2008; TAMANINI, 1994; dentre outros).

Frente a esta amplitude, verifica-se que as discussões em torno das correspondências presentes entre a Museologia e a Arqueologia apontam, principalmente, para dois momentos: o primeiro trata a materialidade desta relação, ou seja, as reflexões propostas por essas disciplinas a partir das operações com a cultura material; e o segundo aborda o conceito de Musealização da Arqueologia, processo resultante de uma aproximação construída a partir das reciprocidades entre as instituições museológicas e os vestígios arqueológicos por elas salvaguardados.

Para Rússio (1981), o objeto de estudo da museologia é o fato museal ou fato museológico. “O fato museológico é a relação profunda entre o homem – sujeito conhecedor –, e o objeto, parte da realidade sobre a qual o homem igualmente atua e pode agir” (RÚSSIO, 1981, p.53). De modo semelhante, a Arqueologia entendida como “a disciplina que investiga a emergência, a manutenção e a transformação dos sistemas socioculturais através dos tempos, por meio da cultura material por eles produzida” (LIMA, 2011, p.12), opera, fundamentalmente, a partir das representações que estruturam a relação do homem com seu meio.

Se por um lado a Arqueologia realiza a coleta, análise, identificação e interpretação sistemática dos vestígios produzidos pelo homem; a Museologia se orienta na identificação, socialização e preservação destes vestígios; sendo estes, considerados para ambas, indicadores da memória dos territórios em que estão inseridos. Nesse sentido, a interpretação das expressões socioculturais a partir dos objetos, faz com que

os domínios de atuação destas áreas compreendam a cultura material para além dos procedimentos técnicos de preservação, reconhecendo e inserindo estes vestígios nos sistemas que operam os mecanismos da memória.

Nessa perspectiva, pode-se apontar que memória é uma construção no presente, a partir de indicadores culturais relativos às experiências que os indivíduos e os grupos sociais elaboram com seus semelhantes (expressões/manifestações), com a paisagem (espaços/lugares) e com as coisas (objetos/artefatos), em suas formas de subsistência, sociabilidade, celebração e reprodução (BRUNO, 2013, p.08).

No que concerne à práxis dessa relação, destaca-se o processo de Musealização da Arqueologia como marco referencial da interdisciplinaridade que constitui a formação de ambos os seguimentos de investigação. Para Cândido (2005), o estabelecimento da Arqueologia como um campo interdisciplinar se dá a partir de sua vinculação com as distintas áreas do conhecimento (como a Antropologia, a Geologia, a Zoologia, a Botânica, a Etnologia, e etc.), formulando conexões necessárias quanto à interpretação do universo material que circunda o homem, organizando metodologicamente os processos de coleta e classificação dos vestígios ou espécimes (CÂNDIDO, 2005, p.76).

Semelhantemente, o campo de atuação da Museologia se caracteriza pela conservação, pesquisa e comunicação das multivocalidades presentes nos objetos que integram a cadeia operatória do processo de musealização, o que necessariamente se faz compartilhando domínios teóricos e estratégias metodológicas com demais áreas do conhecimento.

Como já apontado, os artefatos revelados pela arqueologia constituem material significativo para os segmentos de valorização patrimonial de um território. Essa conexão de reconhecimento e valorização, ou seja, da inserção do bem arqueológico na lógica do discurso patrimonial, ocorre efetivamente por meio da Museologia. Por esse prisma, nota-se que as ações museológicas apresentam condições próprias e necessárias de sequenciar a cadeia operatória de processamento do material arqueológico, iniciada nos procedimentos de evidenciação destes materiais, indo até à sua comunicação social.

Nesse contexto, a Musealização da Arqueologia está comprometida com o estabelecimento de vínculos que aproximem os vestígios arqueológicos herdados das sociedades contemporâneas, considerando a diversidade de fatores históricos e socioculturais que influenciam essas aproximações e, ainda, com a busca de procedimentos técnico-científicos que permitam a realização de ações de salvaguarda e comunicação dos bens patrimoniais arqueológicos (BRUNO, 2013, p.09).

Observando as perspectivas até então apresentadas, a relação entre as disciplinas não se finda na inserção de contextos materiais promovidos arqueologicamente através dos mecanismos de musealização; ao contrário, trata-se de reconhecer que a musealização é o ponto de partida para a implementação de medidas mais eficazes de proteção, ou seja, o início de novos procedimentos, direcionados por um olhar amplo, híbrido e multifocal.

No tocante aos acervos provenientes do licenciamento ambiental destacam-se questões relevantes e estruturais. Muitas vezes os materiais gerados não se destinam às instituições que apresentam, em sua natureza organizacional e prática de atuação, as possibilidades de continuidade dos mecanismos de preservação, processamento técnico e comunicação previstos no processo de musealização, sendo estas instituições museus, ou não. Outro ponto é a própria fragilização institucional decorrente do processo de licenciamento, em que os espaços de guarda figuram em segundo plano, se tornando gestores passivos de coleções passivas, tanto por falta de condições estruturais e de recursos humanos na implementação de tais procedimentos, quanto por trabalhar as coleções arqueológicas de forma desvinculada dos processos de construção do conhecimento local, da gestão dos territórios e das apropriações da paisagem cultural.

Por Coleções e Valores Ativos

Diante das inúmeras coleções que se encontram atualmente depositadas nas reservas técnicas ou nos corredores institucionais de centros de pesquisa e museus brasileiros, além de procedimentos estruturais urgentes e necessários ao manejo e preservação deste patrimônio, destacamos também a necessidade da execução de ações que efetivem o reconhecimento do contexto arqueológico no âmbito das relações sociais, pensando sua inserção em uma lógica territorial que explicita as dinâmicas de sua formação. De acordo com Silva (2013) a Arqueologia busca, entre vários objetivos, “compreender o modo como as populações humanas exploram, transformam e gerenciam as paisagens e os seus recursos e, simultaneamente, verificar como tais comportamentos resultam na formação dos registros materiais” (SILVA, 2013, p.30). Assim, a paisagem aqui trabalhada não se refere aos territórios estanques ou à cristalização dos lugares, mas sim, como coloca Mattos (2006), às transformações do espaço que “adquirem valor de referência, passando a significar identidade, exprimir laços afetivos e sentimentos de pertencimento” àqueles que ali coexistem (MATTOS, 2006, p.05).

O desenvolvimento de ações museológicas aplicadas aos contextos arqueológicos, principalmente no tocante aos acervos provenientes dos processos de licenciamento, deve possibilitar a ampliação da noção de conhecimento, trabalhando as múltiplas vocalidades e proporcionando aos artefatos nela inseridos um contexto de resignificação, fazendo com que estes não sejam “apropriados como materializações destacadas da categoria ‘patrimônio’, mas enganchadas nas paisagens cotidianas das comunidades” (BEZERRA, 2013, p.108).

Assim, pode-se entender uma arqueologia do lugar como aquela que se concentra sobre os modos como as pessoas comunicam significado – tanto simbolicamente como através da ação – ao seu entorno físico e cultural em múltiplas escalas e sobre as formas materiais que estes significados adquirem (ZEDEÑO; BOWSER, 2009, p.5 *apud* SILVA, 2013, p.30).

Fazer do patrimônio arqueológico vetor de transformação sociocultural é inseri-lo como proposta concreta no âmbito dos projetos de licenciamento, permitindo a cada representante uma atuação dialógica e descentralizada. Tal prática infere no processo de organização e fiscalização das ações de empreendedores, profissionais e instituições, não somente segundo a lógica dos valores monetários, mas também pelo crivo dos valores culturais. Destaca-se ainda, que todo o universo de compreensão destes valores – as paisagens, as memórias e as possibilidades e interesses de interpretação dos diversos tempos e lugares aos quais esses bens nos remetem – faz parte da nossa relação com o presente expressa por meio de uma leitura do passado. Considera-se assim, como aponta Carneiro (2008), que certos elementos do passado são recontextualizados no presente, numa constante dinâmica de recriação (CARNEIRO, 2008, p.43).

Considerações Finais

A preservação do patrimônio arqueológico brasileiro está em um processo contínuo de construção teórico-conceitual e de estratégias político-administrativas que assegurem a manutenção das ações de salvaguarda e socialização destes bens, compreendidos como parte do processo de conhecimento e reconhecimento das dinâmicas de organização da humanidade em seu espaço e tempo.

Quando compreendemos que os suportes materiais são vetores de relações simbólicas, fazendo-se falar das operações de grupos humanos sobre o território, o ambiente e, conseqüentemente, no constante processo de reconfiguração das paisagens,

observamos com um novo olhar as potencialidades do patrimônio arqueológico como um agente de transformação social.

De acordo com Silveira e Lima Filho,

... o objeto, ou a coisa mesmo, que circula enquanto algo praticado e ritualizado no corpo social, mediante os atos que o fazem percorrer os complexos (des)caminhos da vida em sociedade, está repleto de sentidos e nexos compartilhados por aqueles que lhe atribuem valores e simbolismo, sendo que os mesmos emergem da própria experiência intersubjetiva das pessoas em interação entre si, e delas com o mundo (SILVEIRA; LIMA FILHO, 2005, p.38).

Desse modo, as questões que envolvem os usos e interpretações simbólicas das coisas e dos lugares exigem um olhar mais atento ao papel da arqueologia como fonte de informação para construção e compreensão dos processos históricos de nosso território (BRUNO, 1999). Trata-se de processos que, nas chamadas Arqueologias Pós-Processuais, promovem uma nova relação de contato com a materialidade. E na Museologia Comunitária, nos advertem para o potencial da construção coletiva dos discursos sobre as produções materiais.

Mesmo diante dos consensos e contrassensos epistemológicos que caracterizam a arqueologia brasileira, o patrimônio arqueológico e as coleções a partir das quais este se organiza devem ser compreendidos pelo espectro das ampliações mais recentes sobre o conceito e as categorias de “patrimônio” (ou mesmo de “coleção”). Diante do histórico de embates, conflitos, litígios e fragilidades das ações de salvaguarda do patrimônio arqueológico brasileiro, a lógica futura das ações para sua preservação e uso deverá ser, essencialmente, construída de forma coletiva, crítica e consciente.

Referências

BEZERRA, Márcia. Os Sentidos Contemporâneos das Coisas do Passado: reflexões a partir da Amazônia. *Revista de Arqueologia Pública*. Campinas, n.07, p.107-122, 2013.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição [da] Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937*. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial [da] Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF, 06 dez., 1937.

BRASIL. *Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961*. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Brasília, DF: Senado Federal, 1961.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Arqueologia e antropofagia: a musealização dos sítios arqueológicos. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 31, p.234-247, 2005.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Arqueologia e Museu: Por quê? Para quem? *Terra Indígena*, n.65, p.37-43, 1992.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Musealização da Arqueologia: caminhos percorridos. *Revista de Arqueologia*, São Paulo, v.26, n.02, p.04-15, 2013.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o projecto Paranapanema. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, v. 17, n. 17, 1999.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museus de Arqueologia: uma história de conquistadores, de abandono, de mudança. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n.6, p.293-313, 1996.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museus e Museologia: ideias e conceitos. Abordagens para um balanço necessário. In: Workshop ICOFOM LAM, Rio de Janeiro, 2008. p. 1-7.

CÂNDIDO, Manuelina M. Duarte. Arqueologia Musealizada: Patrimônio Cultural e Preservação em Fernando de Noronha. 2004. *Dissertação (Mestrado)* Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

CÂNDIDO, Manuelina M. Duarte. Cultura Material: interfaces disciplinares da Arqueologia e da Museologia. *Cadernos do CEOM*, v. 18, n. 21, p.75-90, 2005.

CARNEIRO, Carla Gilbertoni Carneiro. *Guia Temático – Programa de Educação Patrimonial do Levantamento Arqueológico do Gasoduto Coari-Manaus*. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2008. 54p.

COSTA, Carlos Alberto Santos. A legalidade de um equívoco: acerca dos processos legais para a guarda de materiais arqueológicos em instituições museais. *Anais... XIV Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, Florianópolis, 2007.

COSTA, Carlos Alberto Santos; COMERLATO, Fabiana. Você me daria um "cheque em branco"? Um olhar sobre o endosso institucional em projetos de arqueologia. *Revista de Arqueologia*, São Paulo, v. 26, n.2, 2013 / v. 27, n.1, 2014.

COSTA, Carlos Alberto Santos. Museologia e Arqueologia: a materialidade de uma relação interdisciplinar. *Revista Museu*, Rio de Janeiro, 30 dez. 2008. Disponível em: <http://revistamuseu.com/artigos/art_.asp?id=18384>. Acesso em: 13 abr. 2015.

IBAMA. *Resolução CONAMA nº 01*, de 23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. Diário Oficial [da] Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF, 17 fev., 1986.

IBAMA. *Resolução CONAMA nº 237*, de 19 de dezembro de 1997. Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental. Diário Oficial [da] Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF, 22 dez., 1997.

IPHAN. *Instrução Normativa nº 01*, de 25 de março de 2015. Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo IPHAN nos processos de licenciamento Ambiental dos quais participe. Diário Oficial [da] Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF, 2015.

IPHAN. *Ordem de Serviço nº 02*, de 20 de maio de 2016. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 2016.

IPHAN. *Portaria nº 07*, de 01 de dezembro de 1988. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 15 dez., 1988.

IPHAN. *Portaria nº 195*, de 18 de maio de 2016. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 2016.

IPHAN. *Portaria nº 196*, de 18 de maio de 2016. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 2016.

IPHAN. *Portaria nº 197*, de 18 de maio de 2016. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 2016.

IPHAN. *Portaria nº 230*, de 17 de dezembro de 2002. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, n. 244, 18 dez., 2002.

LIMA, Tania Andrade. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 6, n. 1, p. 11-23, 2011.

MATTOS, Yára. *Ecomuseu da Serra de Ouro Preto: arqueologia dos lugares e não lugares de uma experiência comunitária*. Ouro Preto: Conselho de Extensão da UFOP, 2006. 04 p. Relatório.

MORAES WICHERS, C. A. de. Museus e Antropofagia do Patrimônio Arqueológico: (des)caminhos da prática brasileira. 2010. *Tese (Doutorado)*, Programa de Pós-Graduação em Museologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2010.

MORAES WICHERS, C. A. de. Patrimônio Arqueológico Paulista: proposições e provocações museológicas. 2011. *Tese (Doutorado)*, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

RÚSSIO, W. L'Interdisciplinarité em Muséologie (trad.). BRUNO, M. C. O. (org). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri – textos e contextos de uma trajetória profissional*. São Paulo: ICOM / Pinacoteca do Estado, 2010.

SALADINO, Alejandra. Prospecções na arqueologia brasileira: processos de resignificação e práticas de preservação do patrimônio arqueológico. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26ª, 2008. *Anais...* Porto Seguro: Associação Brasileira de Antropologia, 2008.

SILVA, Fabíola Aandrea. Território, lugares e memória dos Asurini do Xingu. *Revista de Arqueologia*, São Paulo, v. 26, n. 1, p.28-41, 2013. Disponível em: <<http://revista.sabnet.com.br/index.php/revista-de-arqueologia/article/view/61/59>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

SILVEIRA, Flavio L. Abreu da; LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Por uma antropologia do objeto documental: entre a alma nas coisas e a coisificação do objeto. *Horizontes Antropológicos*, v. 23, p.37-50, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v11n23/a03v1123.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

SOARES, I. V. P. *Proteção Jurídica do Patrimônio Arqueológico no Brasil: fundamentos para efetividade da tutela em face de obras e atividades impactantes*. Erechim: Habilis, 2007. 228p.

TAMANINI, E. Museu arqueológico de Sambaqui: um olhar necessário. 1994. *Dissertação* (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994. 169p.

ZANETTINI, Paulo E.. Projetar o futuro para a Arqueologia Brasileira: desafio de todos. *Revista de Arqueologia Americana*, v. 27, p. 71-84, 2009.

ZEDEÑO, M. N.; BROWSER, B. J.. The archaeology of meaningful places. In: BROWSER, B. J.; ZEDEÑO, M. I. (Eds.). *The archaeology of meaningful places*. Salt Lake City. The University of Utah Press, 2009. p. 1-14.

A COLEÇÃO ARQUEOLÓGICA DO MUSEU BI MOREIRA DA UFLA: no limiar da preservação e da comunicação

Patricia Muniz Mendes*

Rodrigo Adolfo Escobar Rojas*

Leandro Elias Canaan Mageste*

Resumo

O Museu Bi Moreira (MBM) tutelado pela Universidade Federal de Lavras (UFLA), foi criado em 1983, e salvaguarda um acervo diversificado, composto por cerca de 5.000 itens, que se relacionam com a história, a memória e o ensino superior da região do Sul de Minas Gerais. No ano de 2000, o MBM conferiu endosso institucional para trabalho de arqueologia desenvolvido no âmbito do licenciamento ambiental, se tornando o responsável pelo material coletado no “Programa de Resgate Sítios Arqueológicos Monte Alegre e Cacho de Ouro” (município de Ribeirão Vermelho - MG). No entanto, esses vestígios só vieram a se tornar foco de interesse a partir do ano de 2014, ocasião em que começaram a ser problematizados pelo viés da museologia e da conservação. Por meio dessa perspectiva, um desafio passou a confrontar os pesquisadores: como preservar e comunicar essa coleção arqueológica, tendo em vista a sua inserção em um espaço museológico que se caracteriza por seu acervo diversificado. Nessa conjuntura, o objetivo do presente trabalho é apresentar reflexões sobre as potencialidades da museologia para a preservação da coleção arqueológica do MBM. Para todos os efeitos, parte-se da premissa que o estudo sobre a circulação dos vestígios arqueológicos e a inserção dos mesmos em museus fomenta as relações dialógicas entre a museologia e arqueologia, e ao mesmo tempo contribui para as discussões sobre as teorias e práticas da conservação.

Palavras-chave: Patrimônio Arqueológico; Museus Universitários; Musealização.

* Universidade Federal de Lavras (UFLA), Campus Universitário, Lavras, MG, Brasil. CEP: 37200000; patricia.mendes@proec.ufla.br. Museóloga, UFLA.

* Universidad SEK (USEK), Av. Catedral 1712, Santiago, Chile; rodrigo.rojas.es@gmail.com. Arqueólogo.

* Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Campus São Raimundo Nonato, São Raimundo Nonato, Brasil; leandromageste@gmail.com. Professor Assistente A, Nível 1 do Colegiado de Arqueologia e Preservação Patrimonial

Introdução

O Museu Bi Moreira (MBM) foi inaugurado em 1983, na antiga Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL), atual Universidade Federal de Lavras (UFLA). A origem desse espaço museal encontra-se atrelada ao colecionador e morador de Lavras (MG), Silvio do Amaral Moreira, conhecido como Bi Moreira, que durante mais de 40 anos coletou por iniciativa própria, diferentes objetos e documentos das mais variadas procedências, constituindo um acervo numeroso e variado.

Esse acervo foi incorporado a ESAL no início da década de 1980 e passou a ocupar o prédio Álvaro Botelho¹, que se encontrava vazio desde a transferência da Escola para o novo Campus. Atualmente o MBM salvaguarda cerca de 5000 documentos tridimensionais e bidimensionais, associados em grande parte a história e cultura local. Destacam-se coleções de ciência e tecnologia (C&T), imagem e som, ciências médicas, utensílios doméstico, etnográficas; e claro, arqueológica, foco do presente trabalho. Vale ressaltar que a importância do acervo museológico do MBM é consonante com a relevância da edificação que o salvaguarda, haja vista que o prédio do Museu, por meio do decreto municipal nº 6.671/ 2006 foi tombado pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Lavras (CMPC), integrando assim, o conjunto de bens imóveis significativos para a preservação da memória e da história do município.

A UFLA vem intensificando as discussões sobre as potencialidades do Museu Bi Moreira, com objetivo de requalificar este espaço por meio de concepções museológicas contemporâneas e condizentes com as possibilidades de um acervo tão diversificado. Nessa conjuntura, foi observada a necessidade da elaboração de plano museográfico para as salas de exposições, valorizando a importância do acervo para o ensino, pesquisa e extensão, e igualmente possibilitar que as pessoas da cidade e região compartilhem histórias e memórias de suas origens. Ressalta-se que a história de Lavras está fortemente ligada à história da universidade e é possível verificar um vínculo afetivo bastante cultivado entre a comunidade e o MBM.

Para os fins deste trabalho, será apresentada uma discussão em torno da coleção arqueológica oriunda da coleta realizada pelo Programa de Resgate - Sítios Arqueológicos Monte Alegre e Cacho de Ouro (Ribeirão Vermelho-MG). Esta coleção foi integrada pelo MBM em 2003, a partir de um trabalho arqueológico que consistiu em salvaguardar esse material. Em 2014 iniciou-se um processo de ressignificação dessa coleção arqueológica, que se encontrava incompreendida e isolada em uma área de exposição do MBM intitulada “Sala de Antropologia”.

¹ Esse foi o primeiro prédio inaugurado na antiga ESAL em 1922.

Breve Contextualização da Coleção Arqueológica do Museu Bi Moreira

O MBM salvaguarda uma coleção arqueológica com cerca de 400 artefatos, dentre os quais se insere o material relativo à escavação arqueológica dos Sítios Monte Alegre e Cacho de Ouro, município de Ribeirão Vermelho/ MG. O Diagnóstico Arqueológico que originou esta última coleção foi iniciado em 1992, quando diversos sítios arqueológicos foram identificados no processo de duplicação da Rodovia BR 381.

As atividades arqueológicas na região foram pautadas por uma metodologia de campo organizada em levantamentos oportunistas e sistemáticos. Dizendo em outras palavras, foram realizadas entrevistas com moradores locais e o rastreamento de áreas de influência direta do empreendimento, por meio de vistorias nos locais identificados pelos moradores e também o levantamento e análise de fontes documentais (Brandt Meio Ambiente LTDA., 2000).

Em síntese, os principais sítios arqueológicos pré-coloniais identificados referem-se aos aldeamentos a céu abertos, isto é, trata-se dos testemunhos de antigos acampamentos de grupos ceramistas. Na ocasião do empreendimento, foi identificada uma significativa quantidade de material lítico, tais como lâminas de machado e fragmentos de batedores. Tratando-se dos vestígios cerâmicos dos sítios, destacam-se fragmentos dos Horizontes Ceramistas Una e Sapucaia. Ressalta-se também, que algumas zonas dos sítios foram atribuídas a cemitérios devido à espessura e perfil dos fragmentos componentes de grandes vasilhames (Idem).

A área abrangida pelo empreendimento apresenta uma ocupação intensiva, principalmente devido à construção da rodovia em 1956, que atraiu novos assentamentos urbanos e rurais. Estas ocupações ocasionaram a destruição e descaracterização de inúmeros sítios arqueológicos pré-históricos e históricos, inclusive parte do sítio Monte Alegre foi danificada em 1996 em decorrência da construção de um rodoporto e pela utilização desta área como local de empréstimo pela obra da rodovia (Ibidem).

Nessa conjuntura, iniciou-se um processo de salvamento na área atingida (duplicação da BR 381) dividido em duas etapas, a saber: a Supervisão Ambiental referente à identificação de zonas impactadas e realização de coleta de material nas zonas descaracterizadas pelas obras, iniciada em 1997; o Resgate, iniciado cerca de dois anos após a primeira etapa, que se caracterizou pela coleta de material nas zonas ainda preservadas, abarcando o sítio Cacho de Ouro integrante do complexo arqueológico denominado Monte Alegre.

De acordo como o relatório da Brandt Meio Ambiente LTDA. (2000), nesse ínterim de dois anos entre a realização das etapas de Supervisão Ambiental e Resgate, tanto o sítio

Cacho de Ouro como o Monte Alegre, sofreram “ações degradantes de alta magnitude que comprometeram as suas estruturas remanescentes” (p.8). Ou seja, foi constatado “o registro de ausência de evidências arqueológicas em superfície outrora abundantes, sugerindo a possibilidade de uma coleta indiscriminada de peças por parte de particulares” (p.8).

Nessa conjuntura, a intervenção arqueológica no sítio Monte Alegre restringiu-se ao levantamento topográfico e a abertura de duas sondagens testes (A e B), nas quais não foi constatada a existência de estratigrafia arqueológica integra. Na subárea C deste sítio, foram identificados elementos pertinentes para uma interpretação qualitativa sobre o padrão de ocupação daquele ambiente. Já no sítio Cacho de Ouro foram coletados uma pré-forma de machado e poucos fragmentos cerâmicos no intuito de se constituir uma possível correlação entre os dois sítios vizinhos.

O material coletado nesses dois sítios, por meio do resgate amostral, buscou reconstituir parcialmente os padrões de ocupação humana considerando a coleção de artefatos e os demais vestígios levantados nesse contexto regional arqueológico (Brandt Meio Ambiente LTDA., 2000). Em 2003, este material foi encaminhado ao Museu Bi Moreira da UFLA, visando o seu retorno à região de origem.

Vale ressaltar, que na conjuntura brasileira é observado o crescimento dos licenciamentos ambientais em todo o território e este fato “tem ampliado consideravelmente a necessidade de pesquisas de salvamento que, por sua vez, tem gerado cifras impressionantes de acervos, deslocamentos regionais dos bens patrimoniais e, em alguns casos, até novas instituições para administrá-los” (Bruno, 2009, p. 23).

Essa constatação levantada por Bruno (2009) é fundamental para se refletir sobre dois aspectos, a saber: os impactos verificados nesses dois sítios (Monte Alegre e Cacho de Ouro) deste sua identificação, em um empreendimento de licenciamento ambiental, até o salvamento; e as possibilidades e desafios da inserção dessa coleção em uma instituição museal, o MBM.

Para efeito desse trabalho, as considerações que serão apresentadas abaixo focaram principalmente no segundo aspecto.

Perspectivas e Desafios para o Museu Bi Moreira

O MBM, no decorrer desses mais de 30 anos, vem representando para Lavras e região, um *locus* de memória e comunicação do patrimônio local, possuindo um significado

singular em termos de acervo e fomentação de relações afetivas entre comunidade, espaço museal e universidade.

A partir de 2009 intensificaram-se na UFLA reflexões sobre as possíveis vocações e conceituações para o Museu Bi Moreira, visando ampliar as possibilidades museológicas a partir do seu acervo e da história de Lavras e adjacências.

Destaca-se nessa conjuntura, à visita técnica solicitada à Superintendência de Museus (MG), para assessoria sobre possíveis ações de requalificação museal, e que culminou no projeto intitulado “Revitalização do Museu Bi Moreira e Preservação do Arquivo Histórico da Universidade Federal de Lavras” (Proext, Edital Nº 05, 2010). Vale ressaltar, que os recursos obtidos com o projeto foram utilizados para a contratação de serviço especializado, e resultou na elaboração do plano museológico e um estudo museográfico para o MBM, concluídos em 2012.

Nesse período também iniciou o desenvolvimento de um projeto² visando adaptações na edificação do Museu e projetos complementares para fins de orçamentação da obra, por meio de recursos diretos da UFLA para esse fim .

Fazendo um breve adendo sobre os aspectos museais, observa-se que o acervo do MBM, no decorrer desses 32 anos, foi sendo organizado em salas temáticas, tais como: Sala de Comunicação – imagem e som, Sala de Ciências Biomédicas, Sala da ESAL, Sala do Lar, Sala de Antropologia (nesta encontra-se artefatos arqueológicos, etnográficos, históricos). Essa museografia vigente, a nosso ver, é desinente da diversidade dos itens que foram sendo coletados pelo Museu, por meio de critérios não institucionalizados, haja vista a constatação da ausência de uma política de aquisição e descarte de acervo para a instituição.

Salienta-se ainda, que a formação do acervo do MBM, foi caracterizada, em parte, por doações de moradores e personalidades do município e adjacências. Esse aspecto contribuiu, a nosso ver, para se estreitar os vínculos afetivos entre a comunidade e o Museu, uma vez que este espaço museal é identificado pela população como o local de guarda da memória e da história de Lavras.

Durante o período de 2011 e meados de 2014, o MBM foi totalmente fechado para visitação, tendo em vista as condições de conservação do acervo e questões de segurança.

² Projeto “Museu Bi Moreira: diagnóstico do acervo e elaboração de projeto arquitetônico para Centro de Documentação e Reserva Técnica”, 2013.

A partir de 2014, houve um esforço institucional buscando a abertura parcial do Museu para a 12ª Semana Nacional de Museu. O tema “Museus: coleções criam conexões” estimulou a montagem de uma exposição temporária intitulada “Museu Bi Moreira: que coleções?”³, que buscou comunicar criticamente as funções sociais do acervo e potencializar conexões entre as diversas coleções salvaguardadas pelo MBM. Nesse mesmo período começou-se a refletir museologicamente sobre as possíveis vocações deste Museu, haja vista que este salvaguarda um acervo emblemático, caracterizando-se tanto como um museu de cidade, quanto como um museu universitário.

Na ocasião, os fragmentos da coleção arqueológica pré-colonial, caracterizados pela estratigrafia do abandono (Bruno, 1995), foram problematizados e “conectados” nessa exposição, que contou também com a mediação de um profissional da área e ações de educação para o patrimônio arqueológico⁴.

Esses novos olhares para esta coleção, até então, a nosso ver, incompreendida por parte do corpo técnico e administrativo do museu, foram fundamentais para se despertar outras potencialidades para a musealização e comunicação do material arqueológico buscando sua inserção efetiva em um acervo tão fragmentado como o do Museu Bi Moreira. Ao mesmo tempo, evidenciou-se o desafio institucional para se ultrapassar ações pontuais e de fato fomentar que esses bens patrimoniais sejam apropriados pela comunidade.

Observa-se também, que além das discussões sobre aspectos museais, iniciaram-se reflexões sobre a potencialidade de pesquisas mais específicas envolvendo principalmente a coleção proveniente de Ribeirão Vermelho.

Vale ressaltar que de acordo com Bruno (2009), as relações de cumplicidade entre os estudos sobre cultura material e as coleções museológicas possibilitam “que os museus desempenhem uma função social com desdobramentos educacionais, científicos, econômicos e culturais e reivindiquem um certo protagonismo sobre o destino das coisas” (p.25). Desse modo, pode-se inferir que as coleções arqueológicas ao adentrarem na conjuntura museal adquirem novas potencialidades permeadas pela cadeia operatória da museologia. Ou seja, passa a comunicar informações, instigar apropriações, fomentar relações dialógicas para com os diversos públicos que visitam o museu.

³ A concepção dessa exposição teve como museóloga responsável Patrícia Muniz, ingressa no corpo técnico da UFLA no final de 2013.

⁴ Na ocasião da programação para a Semana Nacional de Museu, o arqueólogo Leandro Mageste (UNIVASF) conferiu na UFLA uma palestra para o público geral e realizou (em conjunto com a equipe do MBM), uma oficina de preservação para o patrimônio arqueológico. Essas ações foram fundamentais para despertar novos olhares para essa coleção, tanto no corpo técnico do Museu como no público em geral.

Ao mesmo tempo, como bem aponta Bruno (2009), os processos curatoriais intrínsecos a cultura material apresentam algumas exigências e desafios para que de fato os artefatos musealizados possam possibilitar noções de pertencimento, inclusão social, entre outros. Pode-se pontuar segundo a autora: a necessidade de revisões curriculares referentes à formação profissional; elaboração de projetos de pesquisas referentes a nomenclaturas, tesouros; ampliação da legislação voltada para os aspectos curatoriais dos bens arqueológicos e etnográficos visando fiscalizar instituições museais; aproximação entre profissionais que se debruçam em estudos sobre patrimônio material e imaterial visando caminhos alternativos para a preservação patrimonial; desenvolvimento de trabalhos em redes para superação de dificuldades curatoriais (p.24).

Nessa perspectiva, tratando-se do nosso foco de estudo, verifica-se que a inserção ao Museu Bi Moreira do material arqueológico coletado no sítio Monte Alegre e Cacho de Ouro foi o caminho encontrado para a salvaguarda, desenvolvimento de pesquisas e comunicação dos artefatos coletados no âmbito do licenciamento ambiental. Este ponto demonstra as relações profícuas entre a museologia e a arqueologia para a preservação do patrimônio arqueológico.

Igualmente evidencia-se a fragilidade de alguns museus, no caso o próprio MBM, para lidar com esta tipologia de acervo, que necessita de ações curatoriais específicas para que se consiga estabelecer polifonias com público não especialista. Em outras palavras, há grandes desafios institucionais para que a coleção arqueológica comunique informações, instigue curiosidades, assuma o viés educativo e de inclusão social.

Essa breve contextualização sobre a situação atual do MBM, imersa nas possibilidades contemporâneas dos espaços museais e nos desafios curatoriais da cultura material, abre caminhos para novas reflexões sobre a musealização da arqueologia no MBM inseridas no processo mais amplo de requalificação desta instituição museal.

Considerações Finais

O Museu Bi Moreira possui características singulares para um museu universitário⁵, principalmente em relação à formação de seu acervo. Por salvaguardar um acervo diversificado, o MBM apresenta muitas possibilidades e desafios para as cadeias operacionais da museologia.

⁵ Museu universitário é aqui entendido como aquele que está parcial ou totalmente sob responsabilidade de uma universidade nos seus aspectos da gestão, salvaguarda do acervo, recursos humanos, espaço físico.

Atualmente a exposição permanente do MBM encontra-se fechada para visitação, aguardando a implantação do novo plano museográfico concluído em 2012, juntamente como plano museológico. Ressalta-se que este novo plano museográfico manteve as salas temáticas e propôs pouquíssimas alterações nas áreas expositivas do MBM. Isso se deve em parte, a nosso ver, pela formação e configuração de um acervo tão emblemático como o do MBM, que apresenta verdadeiros desafios para o estabelecimento de conexões entre as coleções e para o discurso museológico e museográfico. Destaca-se assim, a necessidade de uma revisão no plano museográfico, buscando a elaboração de discursos condizentes com o acervo, sem perder de vista aspectos da função social do Museu. Nesse sentido, observa-se o potencial do MBM para comunicar narrativas que contemplem a história da agricultura no Brasil, por meio do ensino superior e da cidade de Lavras-MG.

Observa-se que por ser um museu universitário, o MBM apresenta algumas dificuldades na gestão museal também verificadas em outras instituições, como bem aponta Marques e Silva (2011): dificuldades financeiras; falta de autonomia; abandono das coleções; falta de espaço para armazenamento e para a exposição; carência de uma equipe de profissionais especializados em atividades museológicas; acúmulo de função por parte dos dirigentes.

Essas dificuldades incidiram diretamente nos aspectos de preservação e comunicação dos objetos qualificados coletados pelo MBM ao longo de mais de 30 anos. A inserção desse material arqueológico ao acervo do MBM em 2003 contribuiu ainda mais para este cenário museal caracterizado por desafios, mas também por potencialidades. Propiciou a salvaguarda e o retorno do material arqueológico, proveniente de um trabalho de licenciamento ambiental, a região mais próxima de sua origem. Igualmente demonstrou os desafios a serem enfrentados pelo MBM no intuito de evitar que a coleção arqueológica caia no esquecimento e no terreno das memórias exiladas (Bruno, 1995).

Em suma, como foi possível observar, o MBM está passando por um processo de requalificação que envolve desde ações estruturais, como a elaboração de um projeto arquitetônico de restauração e adaptação na edificação; quanto à implantação de um projeto museográfico consonante com uma museologia contemporânea e que abarque a diversidade do acervo salvaguardado pela instituição. Nessa perspectiva, a coleção arqueológica salvaguardada pela Instituição faz parte de todo esse processo de gestão museológica, que visa articular os múltiplos discursos do MBM, conservar o acervo museológico da UFLA e comunicar de forma inclusiva, reflexiva e polifônica a cultura material inserida no universo museal e universitário.

Referências

BASTOS, Rossano Lopes. A Arqueologia Pública no Brasil: novos tempos. In: MORI, Victor Hugo; SOUZA, Marise Campos de; BASTOS, Rossano Lopes; GALLO, Haroldo (Orgs.) *Patrimônio: Atualizando o debate*. São Paulo: Superintendência Regional do IPHAN, 2006. p.55-168.

BRANDT Meio Ambiente LTDA. Resgate Arqueológico dos Sítios Arqueológicos Monte Alegre e Cacho de Ouro. Ribeirão Vermelho, MG. Projeto Duplicação da BR 381. Fevereiro, 2000.

BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema. *Tese (Doutorado)*, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. Orientador: Prof. Dr. José Luiz do Morais.

_____, Maria Cristina de Oliveira. A museologia como uma pedagogia para o patrimônio. *Ciências e Letras*, Porto Alegre, n. 31, p.87-97, jan./jun. 2002.

_____, Maria. Cristina. O. Estudos de Cultura Material e Coleções Museológicas: avanços, retrocesso e desafios. In: GRANATO, Marcus; RANGEL, Marcio F. (Orgs.). *Cultural Material e Patrimônio da Ciência e Tecnologia*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e ciências Afins-MAST, 2009. p. 14-25. Disponível em: <http://www.mast.br/livros/cultura_material_e_patrimonio_da_ciencia_e_tecnologia.pdf>. Acesso em: 24 out. 2016.

CARDOSO, P. M. O que é Museologia? Lisboa: IGAC, p.1-28. GUARNIERI, Waldisa R. C. 1990. Conceito de cultura e sua interrelação com o patrimônio cultural e a preservação. *Cadernos Museológicos*, Rio de Janeiro, n. 3, 2014.

CHAGAS, Mario. Diversidade museal e movimentos sociais. In: CHAGAS, Mário; STORINO, Claudia M. Pinheiro (Orgs.). *Ibermuseum 2: Reflexões e Comunicações*. 1ªed. Brasília: IPHAN - DEMU, v. 2, 2008. p.59-69.

FERREIRA, L. M.; FUNARI, P. P. de A. Arqueologia como prática política. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 4, p.1-4, 2009.

MARQUES, Roberta S.; SILVA, Rejâne M. L. O reflexo das políticas universitárias na imagem dos museus universitários: o caso dos museus da UFBA. *Museologia e Patrimônio*, v. 4, n. 1, p.63-84, 2011. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/149/151>>. Acesso em: 20 set. 2015.

MORAES WICHERS, Camila Azevedo de. Museus e Antropofagia do Patrimônio Arqueológico: (des) caminhos da prática brasileira. *Tese (Doutorado)*, Programa de Pós-Graduação em Museologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2010. Profa. Dra. Maria Cristina Oliveira Bruno.

MORAES WICHERS, Camila Azevedo de. Patrimônio Arqueológico Paulista: proposições e provocações museológicas. *Tese (Doutorado)*, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, 2011.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: *Enciclopédia Einaudi*. Memória História, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1ª. ed. 1984. p.51-86.

RÚSSIO, Waldisa Russio. Texto III. In: ARANTE, Antonio Augusto (Org.), *Produzindo o Passado - Estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p.59-64.